

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA
NÍVEL MESTRADO**

PEDRO HENRIQUE DE MORAIS CAMPETTI

**AVALIAÇÃO DO PROGRESSO DAS NAÇÕES:
UMA APLICAÇÃO NA AMÉRICA DO SUL, COSTA RICA E MÉXICO**

SÃO LEOPOLDO (RS)

2014

Pedro Henrique de Moraes Campetti

Avaliação do Progresso das Nações:
uma aplicação na América do Sul, Costa Rica e México

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Economia, pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Orientador: Prof. Dr. Tiago Wickstrom Alves

São Leopoldo (RS)

2014

C195a Campetti, Pedro Henrique de Morais
Avaliação do progresso das nações : uma aplicação na América do Sul, Costa Rica e México / por Pedro Henrique de Morais Campetti. – 2014.
88 f. : il., 30 cm.

Dissertação (mestrado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Economia, 2014.
Orientação: Prof. Dr.Tiago Wickstrom Alves.

1. Progresso. 2. Progresso social. 3. Bem-estar. 4. Método estrutural-diferencial. I. Título.

CDU 338.1

Pedro Henrique de Moraes Campetti

Avaliação do Progresso das Nações:
uma aplicação na América do Sul, Costa Rica e México

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Economia, pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Aprovado em 13 de Janeiro de 2014.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Tiago Wickstrom Alves – UNISINOS

Prof. Dr. André Filipe Zago de Azevedo – UNISINOS

Prof^a. Dra. Janaína Ruffoni – UNISINOS

Prof. Dr. Eduardo Pontual Ribeiro - UFRJ

Agradecimentos

Agradecer é dar; ser grato é dividir. Esse prazer que devo a você não é apenas para mim. Essa alegria é a nossa. Essa felicidade é a nossa. [...] Quem não gosta de agradecer, quando ama? Quem não gosta de declarar seu amor, quando está feliz? (COMTE-SPONVILLE, 1999). A conclusão desta etapa minha vida não poderia ter ocorrido se não houvesse a contribuição, o afeto, a presença junto de mim de certas pessoas, as quais dedico meu carinho, meu agradecimento, e que compartilho este estudo e a felicidade deste momento! Por isto, minha maior gratidão a / ao...

...professor Tiago Wickstrom Alves, pela parceria e comprometimento. Como orientador assemelhou-se a um pai, envolvendo-se com humildade, entusiasmo e dedicação na orientação deste trabalho, sem faltar com puxões de orelha quando necessários. É um exemplo de mestre que levarei para toda a vida!

... Mikaela Basso, pelo amor, amizade e companheirismo de todas as horas, apoiando-me as dificuldades e fortalecendo-me com seu sorriso e olhar inigualáveis nas horas de alegria, sua presença foi imprescindível nessa caminhada. Também, através dos diálogos e discussões teóricas, contribuiu significativamente no desenvolvimento deste trabalho.

... mãe Vanusa Dondé de Moraes, por ser a maior apoiadora dos meus estudos, incentivando e encorajando-me para que eu pudesse chegar cada vez mais longe.

... amigos e demais familiares, que estiveram presentes e mesmo não envolvendo-se diretamente neste trabalho, prodigalizaram alegrias, que transformaram-se em refazimento e novas energias tão necessárias para a continuidade dos estudos e reflexões.

... professores do PPG em Economia, que no percurso dos estudos marcaram através dos exemplos, da didática, dos conhecimentos, da amizade, serão todos sempre lembrados.

... a UNISINOS, pela acolhida e por disponibilizar a infraestrutura necessária para a realização deste estudo, e ao CAPES por ter financiado meus estudos no Mestrado.

... Deus, que devoto meu maior agradecimento e o meu maior amor pelo presente que é a vida, de tantas possibilidades maravilhosas a realizar, sendo uma delas a conclusão deste trabalho, onde acredito na Tua influência amorosa, abençoando meus passos e encorajando-me diante dos desafios que surgiam!

*The way of life can be free and beautiful. But we have lost the way. Greed has poisoned men's souls, has barricaded the world with hate, has goose-stepped us into misery and bloodshed. We have developed speed but we have shut ourselves in. Machinery that gives abundance has left us in want. Our knowledge has made us cynical, our cleverness hard and unkind. We think too much and feel too little. More than machinery, we need humanity. More than cleverness, we need kindness and gentleness. Without these qualities, life will be violent and all will be lost. [...] **Let us fight for a world of reason, a world where science and progress will lead to all men's happiness***

(CHARLES CHAPLIN, 1940).

*The Gross National Product counts air pollution and cigarette advertising, and ambulances to clear our highways of carnage. It counts special locks for our doors and the jails for the people who break them. It counts the destruction of the redwood and the loss of our natural wonder in chaotic sprawl. It counts napalm and counts nuclear warheads and armored cars for the police to fight the riots in our cities. It counts Whitman's rifle and Speck's knife, and the television programs which glorify violence in order to sell toys to our children. Yet the gross national product does not allow for the health of our children, the quality of their education or the joy of their play. It does not include the beauty of our poetry or the strength of our marriages, the intelligence of our public debate or the integrity of our public officials. It measures neither our wit nor our courage, neither our wisdom nor our learning, neither our compassion nor our devotion to our country, **it measures everything in short, except that which makes life worthwhile***

(ROBERT J. KENNEDY, 1968).

Resumo

Em diversos países do mundo tem ocorrido uma busca por novos modelos de avaliação do progresso econômico e social. Apesar de o crescimento econômico ser importante, novas prioridades são necessárias para as sociedades atingirem níveis mais elevados de bem-estar. Este estudo insere-se neste contexto e objetiva propor uma medida de progresso multidimensional para ser utilizada na América do Sul, Costa Rica e México. Para isto, foram analisados 50 estudos de diferentes centros de pesquisa, que tinham objetivos similares em diferentes regiões, dos quais foram selecionados 14. Estes serviram de referência para a construção de um quadro referencial (*framework*), o qual forneceu uma abordagem conceitual e uma estrutura lógica com os domínios e dimensões necessários para avaliação o progresso. A partir deste *framework* foram elencados 50 indicadores, fornecidos por 12 bases de dados diferentes, os quais foram utilizados para uma avaliação abrangente do progresso e bem-estar ao longo do tempo, considerando por período de análise a primeira década do século XXI, e levando em conta fatores econômicos, sociais, ambientais, subjetivos, dentre outros. A metodologia utilizada baseou-se no método de *escore-z*, para tratamento dos dados, e no método estrutural-diferencial, para análise e ranking dos países. Os resultados encontrados apontaram que as dimensões Economia e Emprego são aquelas que mais contribuíram para o progresso dos países, enquanto Meio Ambiente é dimensão que causou maior regresso. Outrossim, foi estabelecido um ranking do progresso, o qual é encabeçado pelo Uruguai, seguido pelo Chile, Costa Rica, Argentina, Brasil, México, Venezuela, Colômbia, Paraguai, Peru, Equador e, em último lugar, a Bolívia. Em relação aos países que mais progrediram no período, verificou-se o Brasil em primeiro lugar e o México em último.

Palavras-chaves: Progresso; Progresso Social; Bem-Estar; Método Estrutural-Diferencial.

Abstract

Worldwide, there is a search for new models to assess the societal progress. Economic growth has its value, but new priorities are needed if societies are to achieve higher levels of well-being. This paper aims to propose a multidimensional measure of progress to be used in South America, Costa Rica and Mexico. For this, it was analyzed 50 studies from different research centers that have similar objectives as this study and 14 were selected to be used as reference to construct a framework, that provides a conceptual approach and a logical structure with the domains and dimensions needed to evaluate progress. Through this framework, 50 indicators from 12 different databases were listed, which were used for a broad review of the progress and well-being, considering the period of analysis as the first decade of the XXI century, and that take into account economic, social, environmental, subjective, and other factors. The research methodology used was based on the z-scores method, to normalization of the data, and shift-share method, to analyze and rank the countries. The results indicate that Economy and Employment dimensions are those that contributed more to the countries' progress, while the Environment dimension caused the higher regress. Moreover, it was established a ranking of the progress, headed by Uruguay and followed by Chile, Costa Rica, Argentina, Brazil, Mexico, Venezuela, Colombia, Paraguay, Peru, Ecuador and, in the last position, Bolivia. Finally, Brazil was the country that has most progressed over the period, and Mexico has less progressed.

Keywords: Progress; Social Progress; Well-being; Shift-Share Method.

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Efeito Estrutural por Indicador	66
Gráfico 2 – Efeito Estrutural por Dimensão.....	67
Gráfico 3 – Ranking do Progresso por País.....	71

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Projetos, dimensões e indicadores sobre o progresso	43
Tabela 2 – Países selecionados	52
Tabela 3 – Framework inicial para medir o progresso	54
Tabela 4 – Framework final para medir o progresso	56
Tabela 5 – Indicadores selecionados	58
Tabela 6 – Matriz de informações	62
Tabela 7 – Efeito Diferencial por País e Principais Indicadores Negativos.....	68
Tabela 8 – Efeito Diferencial por País e Principais Indicadores Positivos	70
Tabela 9 – Ranking do Progresso por País.....	72
Tabela 10 – Diferença de Progresso no Período e Efeito Líquido por País	73
Tabela 11 – Ranking do Progresso, do PIB per capita e do IDH por País	73
Tabela 12 – Relação de 50 projetos que visam avaliar o progresso e/ou o bem-estar	86

Sumário

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 A IDEIA DE PROGRESSO	12
1.2 O PROGRESSO COMO BEM-ESTAR	14
1.3 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA.....	17
1.4 OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS	18
1.5 JUSTIFICATIVA	18
1.6 LIMITAÇÕES.....	19
1.6 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	19
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	21
2.1 APORTES TEÓRICOS SOBRE BEM-ESTAR.....	21
2.1.1 A Economia Tradicional.....	22
2.1.2 A Economia da Felicidade	29
2.1.3 A Abordagem das Capacidades	34
2.2 MEDIDAS DE PROGRESSO	37
2.2.1 Medidas Tradicionais de Progresso.....	38
2.2.2 Medidas Hodiernas de Progresso	41
2.2.3 Um Framework para Medir o Progresso.....	45
2.3 SÍNTESE	49
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	51
3.1 SELEÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DAS DIMENSÕES E INDICADORES	51
3.1.1 Seleção da Base Referencial.....	51
3.1.2 Seleção dos Países.....	52
3.1.3 Delineamento das Dimensões e Indicadores	53
3.2 COMPOSIÇÃO DOS INDICADORES EM UM RANKING DE PROGRESSO	57
3.3 NORMALIZAÇÃO DOS DADOS.....	59
3.4 MÉTODO ESTRUTURAL-DIFERENCIAL E A ANÁLISE DA DINÂMICA DOS COMPONENTES DO RANKING DE PROGRESSO OBTIDO	60
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	65
4.1 ANÁLISE DA DINÂMICA DAS DIMENSÕES E INDICADORES DE PROGRESSO	65
4.2 ANÁLISE DA COMPETITIVIDADE RELATIVA DOS PAÍSES NA EVOLUÇÃO DO PROGRESSO	68
4.3 ESTABELECIMENTO DO RANKING DO PROGRESSO A PARTIR DO MODELO DE ANÁLISE PROPOSTO	71
4.4 SÍNTESE	74

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	78
APÊNDICE A – RELAÇÃO DE PROJETOS PESQUISADOS	86
APÊNDICE B (CD-ROM) – RELAÇÃO DAS DIMENSÕES E INDICADORES DE CADA UM DOS 14 PROJETOS SELECIONADOS.	
APÊNDICE C (CD-ROM) – DELINEAMENTOS DOS INDICADORES DOS 14 PROJETOS PARA A CONSTRUÇÃO DO FRAMEWORK PARA MEDIR O PROGRESSO.	
APÊNDICE D (CD-ROM) – RELAÇÃO DOS 50 INDICADORES UTILIZADOS E SUAS RESPECTIVAS DIMENSÕES E DOMÍNIOS.	

1 INTRODUÇÃO

O Progresso de uma nação ou dos indivíduos tem sido conceituado em uma variedade de formas e sentidos em diferentes épocas, dependendo dos regimes políticos vigentes, influências culturais e as condições ambientais. Entretanto, a ideia de progresso está intimamente relacionada com uma noção *ampla* de bem-estar e também com as mudanças ocorridas em um país ou região ao longo do tempo (HALL et al., 2010).

Bem-estar é um conceito usado para se referir às condições, situação ou estado de vida de uma pessoa. Para identificar tal situação, uma variedade de termos diferentes tem sido utilizados na literatura, sendo os mais comuns: qualidade de vida, padrão de vida e desenvolvimento humano. Outros incluem utilidade, prosperidade, satisfação das necessidades, expansão das capacidades, redução da pobreza e felicidade (MCGILLIVRAY, 2007; CONCEIÇÃO; BANDURA, 2008).

Apesar de haver outros conceitos de progresso, questões estas que são abordados nas seções que seguem, o entendimento utilizado neste trabalho relaciona o progresso como o estado atual ou as mudanças ocorridas na situação de vida dos indivíduos de uma determinada região ou país, isto é, no seu bem-estar. Ou seja, neste caso o progresso é um conceito que é necessariamente satisfeito quando ocorre o bem-estar dos indivíduos, compreendendo também o bem-estar das gerações futuras.

1.1 A IDEIA DE PROGRESSO

Autores que tratam sobre o tema progresso, como Abbagnano (2000), Dupas (2006) e Nisbet (1980), costumam se referir a este como uma *ideia* – a ideia de progresso. Eles não explicam a etimologia ou as razões pelas quais utilizam esta palavra. Entretanto, parece que isto está ligado ao fato de serem no progresso como um dogma, que, de algum modo, esteve presente em toda a História humana. Tanto é que Nisbet (1980, p. 20) afirma que a ideia de progresso está intrinsecamente relacionada às motivações, impulsos, desejos, incentivos os quais tem fundamentado os mais extraordinários feitos da civilização:

[a] história de tudo que de mais importante existe no Ocidente – religião, ciência, razão, liberdade, igualdade, justiça, filosofia, as artes, e assim por diante – está

profundamente ancorada na crença de que o que realizamos em nossa época é, ao mesmo tempo, um tributo à grandeza do passado e ao fato dele ser indispensável, devendo-se também à confiança num futuro ainda mais radioso.

Esta confiança em um futuro mais glorioso é também um dos conceitos de progresso tratados por Abbagnano (2000), Dupas (2006), Nisbet (1980) e Outhwaite e Bottomore (1996), isto é “a crença de que os acontecimentos históricos desenvolvam-se no sentido mais desejável, realizando um aperfeiçoamento crescente” (ABBAGNONO, 2000, p. 799), ou a confiança de “que a civilização se mova para uma direção entendida como benévola ou que conduza a um maior número de existências felizes” (DUPAS, 2006, p. 30), ideia esta encastelada “[...] no anseio universal de uma *marcha para a utopia*” (ibid, p. 22). Nisbet (1980) também trata o conceito de progresso como um elemento essencial do movimento histórico, e que compreende passado, presente e futuro. Para ele, o progresso é uma espécie de axioma que sustenta a evolução e o desenvolvimento da civilização, de modo que parafraseia J. B. Burry, ao propor que “[...] a idéia de progresso acredita que a humanidade avançou do passado – a partir de alguma condição original de primitivismo, barbárie, ou até nulidade – continua agora avançando e deverá ainda avançar através do futuro que possa ser previsto” (ibid, p. 16-17).

Todavia, dos autores citados, Nisbet (1980) é o único que acredita que esta forma de entendimento do progresso – como sendo um ideal em vistas de um futuro melhor – estivesse presente desde a Antiguidade. Ele cita então as origens desta ideia nos mitos contados pelo poeta grego Hesíodo [entre 750–650 a.C.]. Os demais autores Abbagnano (2000), Dupas (2006) e Outhwaite e Bottomore (1996) consideram que o progresso, ao menos até o século XVII, era entendido simplesmente como sendo uma melhora qualquer em determinada área, ciência, técnica. Quer dizer, os eventos se desenvolveriam num sentido desejável, como, por exemplo, o progresso da física, ou o progresso da agricultura, de modo que isto não constituía uma crença no futuro. Para estes autores, a primeira enunciação de progresso como ideia e *ideal* teria surgido através de Francis Bacon (1620 apud ABBAGNONO, 2000, p. 799):

[d]o mesmo modo como de um homem idoso podemos esperar um conhecimento muito maior das coisas humanas e um juízo mais maduro que o de um jovem, graças à experiência e ao grande número de coisas que viu, ouviu e pensou, também da nossa era [...] seria justo esperarmos muito mais coisas que dos tempos antigos, pois esta é a maioridade do mundo, em que ele está enriquecido por inúmeras experimentações e observações.

Após isto, o progresso também passou a ser assimilado a outras doutrinas, como se estivessem intimamente relacionadas. Quer dizer, os dois conceitos de progresso apresentados anteriormente não mudaram, o que ocorre é que algumas teorias ou pensamentos ganharam

destaque, no sentido de serem norteadoras do progresso humano. Por exemplo, o iluminismo relacionou o progresso aos ideais de liberdade, enquanto que com a revolução industrial, o mesmo passou a estar ligado à prosperidade econômica. E, além disto, outras concepções de progresso emergiram através de diferentes expoentes do pensamento Ocidental, como o desenvolvimento da ordem [Augusto Comte, 1798–1857], a evolução das espécies [Charles Darwin, 1809–1882], o fim da burguesia [Karl Marx, 1818–1883], a superação das pulsões instintivas [Sigmund Freud, 1856–1939], a destruição criativa [Joseph Schumpeter, 1883–1950], entre outros (DUPAS, 2007).

Sendo assim, pode-se sintetizar os conceitos do progresso através de duas abordagens: significa simplesmente uma melhora qualquer em determinada área, ciência, técnica etc.; ou então um impulso inerente aos homens em vista de um futuro mais glorioso (ABBAGNONO, 2000; DUPAS, 2006; NISBET, 1980; OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996). Além disso, aproximações a ideias de progresso têm sido feitas em uma variedade de formas e sentidos em diferentes épocas, dependendo dos regimes políticos vigentes, influências culturais e as condições ambientais (HALL et al., 2010). Uma destas tem ganhado destaque desde a revolução industrial até o século XX: a fé no crescimento econômico como propulsor do progresso, sendo que através do aumento da produtividade e do domínio da natureza seriam asseguradas condições de vida sempre mais confortáveis aos indivíduos (DUPAS, 2006).

Entretanto, existem contraposições à concepção econômica de progresso e à esperança de um futuro de bem-aventuranças, críticas estas que levaram a uma nova ideia, a partir do século XXI, que aproxima o progresso a uma noção ampla de bem-estar e à preocupação com a situação das próximas gerações. Estas questões são detalhadas na próxima subseção.

1.2 O PROGRESSO COMO BEM-ESTAR

Apesar dos saltos qualitativos da ciência e da tecnologia e dos avanços civilizatórios em toda a história humana, questionamentos e críticas tem sido feitos se a humanidade realmente tem avançado no rumo certo. Alguns pesquisadores do assunto, como Dupas (2006), Giannetti (2007), Outhwaite e Bottomore (1996) e Abbagnono (2000), concordam que ao deflagrar as duas Grandes Guerras e com o advento da bomba atômica, e seu uso em Nagasaki e Hiroshima, há um abalo substancial na crença no progresso. Nisbet (1980)

também se apercebe da derrocada da ideia de progresso na última metade do século XX. Porém, ele afirma que a origem disso não está nas duas Guerras Mundiais, mas na erosão das premissas intelectuais e espirituais que deram suporte a esta fé ao longo da História.

Além disso, outros fatos corroboram com a descrença no progresso, e são concernentes a um mundo de contradições, no qual as conquistas da ciência e o aumento da riqueza coexistem com uma diversidade de problemas sociais e ambientais. De acordo com Sen (2010, p. 9), evidencia-se na última metade do século XX e início do século XXI um mundo de “opulências sem precedentes”, mas igualmente de “privação, destituição e opressão extraordinárias”, em que se apresentam “problemas novos convivendo com antigos”. Stiglitz, Sen e Fitoussi (2009) alertam que o planeta se encontra diante de uma eminente crise ambiental, especialmente associada ao aquecimento global. Sachs (2012) destaca o que chama de males da vida moderna como obesidade, tabagismo, diabetes, depressão, distúrbios alimentares, distúrbios psicossociais, vícios diversos, declínio da confiança social e crescimento dos níveis de ansiedade. Layard (2008) constata que os indivíduos não tem se declarado mais felizes nas últimas quatro ou cinco décadas nos Estados Unidos, Japão e Europa.

Igualmente pode-se citar Kahneman, Diener e Schwarz (1999), que contextualizam os paradoxos da contemporaneidade através de três argumentos: primeiro, há dúvidas se o crescimento econômico é suficiente para resolver os problemas sociais; Segundo, há o fato óbvio de que o crescimento econômico futuro se tornar mais difícil, se simultaneamente houver o interesse em evitar uma mudança climática desastrosa e; Terceiro, tem ocorrido o crescimento de uma nova ciência da Felicidade, que fornece provas concretas de que novas prioridades são necessárias para as sociedades atingirem níveis mais elevados de bem-estar.

Em razão de tais constatações, pode-se conjecturar que o progresso apresenta contradições inerentes a sua própria condição. Do mesmo modo que os estudos da física nuclear propiciaram a criação da bomba atômica, igualmente permitiram inovações na medicina. Outro exemplo, trazido por Dupas (2006, p. 183), está no problema da “[m]edicalização da saúde e o abandono do doente em favor da doença”. A saúde dos indivíduos parece subvertida ao interesse econômico da indústria farmacêutica, que inova com a criação de drogas diversificadas – e publicidade para incentivar o consumo destas. Sem dúvida, os medicamentos proporcionaram redução da mortalidade, porém verifica-se que muito se faz para o desenvolvimento de novos fármacos, mas pouco se investe em escala

global “para prevenir doenças, como alimentos saudáveis, redução da contaminação ambiental e da emissão de ondas eletromagnéticas, redução da ansiedade e da tensão” (DUPAS, 2006, p. 177).

Entretanto, estas contradições talvez sejam apenas aparentes. Nisbet (1980) adverte que o progresso não é apenas resultado dos avanços nas diversas áreas do conhecimento humano, mas também do aperfeiçoamento moral e espiritual do homem na terra. Neste sentido, verifica-se a ocorrência de um progresso do conhecimento nos últimos séculos, mas que não foi acompanhado por uma elevação da moral e das virtudes humanas.

De qualquer modo, as constatações apresentadas anteriormente abalam a ideia de progresso quando entendido como uma esperança para o futuro, questionando-se inclusive se em alguns casos seria melhor não ter *progredido* devido aos resultados contraproducentes de tal movimento. Diante disso, Dupas (2006) questiona se os indivíduos são mais felizes e sensatos por conta dos avanços do conhecimento e da tecnologia. Ele diz que, apesar do desejo por maior progresso, constata-se que obtê-lo não melhora necessariamente a qualidade de vida para a maioria das pessoas. Nesse sentido, as críticas ao ideal de progresso está no fato de as pessoas não se sentirem melhores ou mais felizes apesar do crescimento econômico e do avanço das ciências.

Nesta conjectura, nasce um novo entendimento de progresso, podendo-se citar por base os estudos de Hall et al. (2010), Scrivens e Iasiello (2010), Stiglitz, Sen e Fitoussi (2009) e Trewin e Hall (2010): **o progresso ocorre quando há uma melhora no bem-estar dos indivíduos sem comprometer as gerações futuras**, sendo este bem-estar entendido de modo amplo e não estritamente econômico. Ou seja, deve estar vinculado também a aspectos ambientais, sociais e subjetivos, bem como à capacidade dos indivíduos de realizarem seus projetos de vida. **É este entendimento que foi utilizado neste trabalho.**

Este conceito de progresso não exclui os apresentados anteriormente com base em Abbagnano (2000), Dupas (2006) e Nisbet (1980), a diferença está no fato de sua especificidade, de avaliar o progresso como um fim, sendo este fim o bem-estar humano. Por exemplo, se o crescimento econômico for causado à custa da degradação ambiental, então não há progresso, ou, pelo menos, tal progresso econômico deverá ser relativizado em razão do regresso causado ao meio ambiente. Ou seja, esta ideia de progresso está intimamente relacionada com uma noção *ampla* de bem-estar e também com as mudanças ocorridas em um país ou região ao longo do tempo.

1.3 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

Verifica-se então que o alvorecer do terceiro milênio se apresenta repleto de paradoxos. As descobertas da física e da química também são as que proporcionaram a criação de bombas de destruição em massa. A produção industrial esgota recursos naturais não renováveis. O crescimento econômico ameaça o equilíbrio ambiental no planeta. A globalização e as tecnologias da comunicação e dos transportes permitem a integração entre os povos, mas ainda averigua-se a miséria, a fome e a destruição em diversas nações no mundo. Máquinas e apetrechos diversos proporcionam facilidades e confortos na vida moderna, mas constata-se desesperanças, medos, angustias afligindo os corações humanos. Os indivíduos estão mais ricos, mas não estão mais felizes.

Tais colocações levam a questionamentos se a sociedade tem avançado no rumo certo. As escolhas tomadas por indivíduos, empresas, governos, nações encaminham a civilização em uma direção entendida como benévola. Porém, aos se constar os resultados contraditórios do progresso realizado, pode-se reavaliar os caminhos escolhidos, em vistas de novos.

Para isto, deve-se entender que indicadores possuem papel preponderante na avaliação e orientação da sociedade. Um indicador, quando utilizado com proeminência para algum fim como avaliar a situação da sociedade, torna-se parâmetros que compara o resultado das realizações do passado e aquilo que se quer para o futuro. Neste caso, verificou-se no século XX o uso de indicadores de cunho econômico, relacionados, por exemplo, ao aumento do produto interno, para avaliação e comparação entre países. Entretanto, sozinho, estes indicadores não tem sido capazes de nortear a sociedade diante das novas problemáticas e complexidades que emergem ou perduram, as quais não estão restritas à área econômica, mas abrangem o social, o ambiental, a saúde, a participação comunitária, entre outras.

Diante de tais constatações, surgem, no início de século XXI, discussões sobre como medir, avaliar e comparar o progresso das nações, de modo a captar amplamente aspectos concernentes ao bem-estar humano das gerações atuais e futuras. Estas questões são partes do crescente interesse internacional em tratar **bem-estar** e **progresso**, assuntos estes que delineiam o tema de pesquisa deste trabalho, e que busca responder a questão: **como medir o progresso de uma nação?** Assim, o que move este estudo é responder esta pergunta, porém com o recorte espacial aplicado aos países da América do Sul, exceto as Guianas e o Suriname, e também a Costa Rica e o México, totalizando 12 países.

1.4 OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS

O objetivo central deste trabalho é propor uma medida de progresso a ser utilizada para os países da América do Sul, além de Costa Rica e México.

Os objetivos específicos são três: (i) Propor um conjunto de dimensões para medir o progresso; (ii) Definir um modelo estatístico para estimar o progresso a partir das variáveis selecionadas; (iii) Estabelecer um ranking dos países da América do Sul, Costa Rica e México de acordo com os resultados do modelo proposto.

1.5 JUSTIFICATIVA

Por fim, este estudo justifica-se, além dos argumentos já apresentados, por contribuir teoricamente, ao fortalecer e aprofundar o debate sobre a avaliação do progresso, e empiricamente, ao apresentar estatísticas que poderão ser utilizadas para o direcionamento de políticas públicas no âmbito dos países selecionados. Ou seja, com base neste entendimento será possível desenvolver e utilizar estatísticas para monitorar o progresso social e determinar se a sociedade está caminhando na direção correta. Conforme melhorem as medidas disponíveis sobre bem-estar, os formuladores de políticas públicas podem tomar melhores decisões e os cidadãos estarão em melhor posição para exigir que medidas sejam adotadas para satisfazer suas aspirações.

A escolha dos 12 países que estão concentrados na América Latina se explica por que as discussões sobre novas medidas de progresso têm abrangido principalmente os países desenvolvidos e os pertencentes a OCDE. Na América Latina é possível encontrar apenas dois projetos. O primeiro no Brasil trata do acompanhamento dos objetivos de desenvolvimento do milênio em nível municipal. O segundo está localizado no México e se chama *Midiendo el Progreso de las Sociedades*, mas que ainda não divulgou trabalhos empíricos, apenas lançou a proposta de promover o desenvolver um conjunto de indicadores econômicos, sociais e ambientais para facilitar a compreensão do bem-estar da sociedade.

1.6 LIMITAÇÕES

No desenvolvimento deste trabalho, foram encontradas as seguintes limitações:

O ranking de progresso para os países selecionados não é o ideal pela ausência de variáveis para compor as dimensões. Isto é, nem todas as dimensões selecionadas para compor o ranking tiveram indicadores relacionados às mesmas.

O período não é o mesmo para todas as variáveis. Quer dizer, para estimar o progresso foram selecionados um ano inicial e outro final para cada um dos indicadores, porém, este período difere para alguns indicadores, o que não permite um resultado exato para determinado espaço temporal.

O período de tempo entre o ano inicial e final para cada indicador é pequeno – em média de cinco anos – e, por esta razão, talvez capture efeitos conjunturais e não estruturais. Para uma análise mais aprofundada progresso efetuado pelos países selecionados seria necessário obter séries históricas para todos os indicadores.

As limitações expostas acima são concernentes à insuficiência de indicadores medidos por uma mesma organização para toda a cobertura geográfica escolhida ou devido à indisponibilidade para dois períodos diferentes de no mínimo quatro anos. Ou seja, a avaliação do progresso incluiu todos os indicadores válidos e disponíveis que estivessem conceptualmente ligadas às dimensões e domínios selecionados, porém, mesmo sendo selecionados 50 indicadores, considera-se que estes não são totalmente suficientes para abranger de modo completo o *framework* criado. Tais questões serão detalhadas no decorrer deste trabalho.

1.6 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A apresentação dos resultados da pesquisa neste trabalho foi estruturada, além desta Introdução, da seguinte forma: na seção 2 Revisão Bibliográfica buscou-se, primeiramente, averiguar quais as abordagens teóricas sobre bem-estar que mais se adaptam e se aproximam da visão de progresso na perspectiva em questão, são elas a Economia Tradicional, a Economia da Felicidade e a Abordagem da Capacidade. Posteriormente, foram apresentadas

iniciativas pregressas e hodiernas de mensuração e análise do estado da sociedade e relativas ao bem-estar dos indivíduos, além de serem discutidos quais são os meios para construção de um *framework* para análise do progresso. Na seção 3 Procedimentos Metodológicos foi constituído um *framework* para mensuração do progresso e, a partir disto, selecionados os indicadores e as bases de dados que compõem a estrutura deste *framework*. Em seguida foram descritos os métodos *escore-z*, utilizado para normalização dos dados, e *estrutural-diferencial*, o qual foi usado para estimar o progresso e determinar um ranking dos países a partir dos indicadores apresentados. Na seção 4 Análise e Discussão dos Resultados foi estimado o progresso dos países selecionados, sendo então apresentados e discutidos os resultados. Isto foi feito em três etapas: análise da dinâmica das dimensões e indicadores de progresso, análise da competitividade relativa dos países na evolução do progresso e, por último, estabelecimento do ranking do progresso. Por fim, há as seções 5 Considerações Finais e 6 Referências Bibliográficas.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O progresso pode ser compreendido sinteticamente como uma mudança para melhor. Como visto anteriormente, este trabalho considera-se que a melhora seja concernente ao bem-estar dos indivíduos e das sociedades. Deve-se, para isto, olhar para o passado, de forma a comparar a situação presente com a pretérita, bem como olhar para o futuro, para avaliar se a manutenção do bem-estar é sustentável ao longo do tempo. Nas subseções seguintes tais questões serão detalhadas, primeiramente através de uma revisão teórica específica sobre o tema bem-estar e algumas de suas vertentes: Economia Tradicional, Economia da Felicidade e Abordagem das Capacidades. Em seguida, será feita uma análise sobre como o progresso tem sido mensurado e também como é possível medi-lo a partir da construção de um *framework*.

2.1 APORTES TEÓRICOS SOBRE BEM-ESTAR

Se, neste estudo, o progresso é entendido como uma melhora do bem-estar dos indivíduos, faz-se necessário compreender o que é bem-estar. Dentre as teorias que tratam sobre o tema, três são as que mais se aproximam da perspectiva de progresso que será traçada na subseção 2.2.2 *Medidas Hodiernas de Progresso*, são elas: a Economia Tradicional, a Economia da Felicidade e a Abordagem das Capacidades. A Economia Tradicional tem sido, como o próprio nome induz, a teoria dominante, sendo seus pressupostos utilizados para a formulação de políticas econômicas e medidas avaliativas (HUNT, 2005). Entretanto, a vertente que mais tem prosperado nas pesquisas dos últimos anos é a do bem-estar subjetivo ou, como é conhecida, a Economia da Felicidade, que tem utilizado do julgamento e apreciação das próprias pessoas quanto suas condições de vida (MCGILLIVRAY, 2007). Contudo, a conceituação de bem-estar mais influente é a Abordagem das Capacidades, em que a avaliação é feita em termos de capacidade para alcançar funcionamentos considerados valiosos (ibid).

Também Stiglitz, Sen e Fitoussi (2009) trabalharam com estes três referenciais teóricos, pois consideram que através desta abordagem multidimensional do bem-estar faz-se possível uma compreensão mais ampla sobre o que realmente importa para as pessoas. Os autores explicam que cada uma delas fornece uma base de dados informacional capaz de ser utilizada para a formatação de um quadro referencial com indicadores para medição do

progresso. Por exemplo, geralmente os indicadores utilizados respondem apenas parcialmente se o bem-estar das pessoas está melhorando ou não. Este é o caso do PIB, que é uma medida utilizada principalmente pela Economia Tradicional. O PIB se concentra exclusivamente sobre a produção econômica de bens e serviços, mas não leva em conta questões como a distribuição de renda, liberdade, as capacidades dos indivíduos para lograrem uma vida que valorizam, bem como a felicidade com a vida que levam, dados estes que o contributo da Economia da Felicidade e da Abordagem das Capacidades fornecem.

Uma medida adequada do progresso deve reconhecer que há considerações diferentes que exigem uma abordagem multidisciplinar envolvendo uma variedade de *stakeholders*, ou seja, diferentes abordagens teóricas. Assim, uma explanação sobre o desenvolvimento de cada uma destas teorias está exposta no texto que segue.

2.1.1 A Economia Tradicional

Economia Tradicional, Ortodoxa, Neoclássica ou *Mainstream* são termos usados para referir-se a corrente teórica principal em Economia, pois é amplamente aceita e ensinada em universidades de destaque, em contraste com outras correntes denominadas heterodoxas. A origem desta linha tradicional está associada à economia neoclássica do final do século XIX e também à síntese neoclássica nos anos de 1930, as quais possuem por pressupostos éticos a filosofia utilitarista. Além disso, a Economia Tradicional esta intrinsecamente relacionada a uma visão de bem-estar social que é ensinada nas universidades através da disciplina de Microeconomia (BLANCHARD, 2008; COLANDER, 2000; HUNT, 2005). De acordo com Hunt (2005), a teoria neoclássica é descendente de Smith e Ricardo – em razão das ideias de livre-mercado, da "mão-invisível"etc. –, mas tendo por domínio a perspectiva da utilidade, o que difere de Smith e Ricardo, entre outros denominados Clássicos, os quais trabalharam com teorias de valor distintas da utilidade.

Jeremy Bentham [1748–1832] foi quem deu início a filosofia do Utilitarismo e do Hedonismo, na sua forma moderna, a qual tem sido a teoria ética dominante e adotada por economistas como Mill, Jevons, Sidgwick, Edgeworth, Marshall e Pigou (SEN, 2010). No início do seu livro *Uma introdução aos princípios da moral e da legislação* [publicado em 1789], Bentham (1979, p. 3) foi peremptório ao dizer que “[a] natureza colocou o gênero

humano sob o domínio de dois senhores soberanos: a *dor* e o *prazer*”. Para Bentham, estes dois “senhores soberanos” governam todos os atos dos indivíduos em tudo que fazem, em tudo que pensam, em todas as épocas e lugares. Ou seja, ele reduziu a motivação humana unicamente ao desejo de sentir prazer e evitar a dor, ao que chamou de princípio da utilidade, do que provém o utilitarismo: “[o] princípio da utilidade constitui o fundamento da presente obra”, como sendo “[...] aquele princípio que aprova ou desaprova qualquer ação, segundo a tendência que tem a aumentar ou a diminuir a felicidade da pessoa cujo interesse está em jogo [...]” (ibid, p. 3-4). O termo utilidade, por sua vez, expressa a “[...] propriedade em virtude da qual o objeto tende a produzir ou proporcionar benefício, vantagem, prazer, bem ou felicidade [...]” (ibid, p. 4). Para Bentham, felicidade, prazer e utilidade teriam o mesmo significado.

O princípio da utilidade é consonante com a filosofia hedonista, que tem como precursor o filósofo grego Aristipo de Cirene [435–356 a.C.]. Ele considerava como finalidade da vida as experiências que proporcionassem maior soma de prazeres, de modo que a felicidade é totalidade de tais momentos hedônicos (RYAN; DECI, 2001). Entretanto, nas bases modernas fornecidas por Bentham, o comportamento humano passa a ser compreendido como “consequência de decisões calculadas, racionais” (HUNT, 2005, p. 123), semelhante a um contador que pondera “todos os lucros (prazeres) a serem obtidos com determinado ato, deduzindo todos os custos (dor) a serem causados por esse ato” (ibid), de modo que escolherá racionalmente o que proporcione o maior *benefício*, isto é, o que maximize a utilidade. Além disso, Bentham concebia os homens como individualistas: “[n]o curso geral da vida [...] em todo o coração humano o interesse próprio predomina sobre todos os outros interesses em conjunto... A preferência por si mesmo tem lugar em toda parte” (BENTHAM, 1954 apud HUNT, 2005, p. 124).

Na obra de Bentham, o espírito individualista, hedonista e maximizador de utilidades torna-se o motor da ação humana. Através destes princípios, Bentham acreditava ter encontrado a resposta para a elaboração de uma ciência do bem-estar que pudesse ser demonstrada com exatidão matemática (BRUNI; ZAMAGNI, 2010; HUNT, 2005). Após Jeremy Bentham, o desenvolvimento da teoria da utilidade em Economia ocorreu através de dois episódios inter-relacionados. Primeiro, a chamada Revolução Marginalista nos anos de 1870, que estabeleceu o papel central da Teoria da Utilidade nas ciências econômicas. Segundo, a denominada Revolução *Ordinalista* nos anos de 1930, que restringiu o uso do termo a utilidade, pois esta não poderia ser cardinalmente mensurada nem comparada entre diferentes pessoas (COOTER; RAPPOPORT, 1984). Entretanto, de acordo com Sen (1999,

2008, 2010), Bruni (2006, 2007) e Hunt (2005), o utilitarismo é a base filosófica da moderna economia neoclássica, embora no século XX os economistas tenham buscado disfarçar ou restringir as bases utilitaristas ao traduzir os termos prazer e utilidade (Bentham, Jevons, Menger, Walras) através dos termos escolha (Pareto), preferência (Hicks) ou escolha racionais (Samuelson), que forneceram as bases para a Teoria do Bem-Estar comumente ensinada nas Universidades.

Durante o século XIX, diversos autores como Cournot e Dupuit na França, Von Thünen e Gossen na Alemanha e Lloyd e Longfield na Inglaterra trabalharam isoladamente com o cálculo marginalista. Entretanto, a proposta de um sistema teórico marginalista mais geral foi possível através dos trabalhos dos economistas William Jevons [1835–1882], Carl Menger [1840–1921] e Léon Walras [1834–1910], com suas principais obras publicadas em 1871, pelos dois primeiros, e em 1874, por Walras, e que marcam a Revolução Marginalista (FEIJÓ, 2001).

Foram estes três últimos autores que, utilizando-se do ferramental matemático, demonstraram a visão utilitarista da natureza humana como maximizadora racional e calculista de utilidade. Através do cálculo diferencial e de métodos matemáticos, eles explicaram a utilidade marginal decrescente, isto é, como a utilidade proporcionada pelo consumo de um bem tende a ser menor a cada unidade adicional consumida. Jevons, Menger e Walras mudaram a forma da economia utilitarista, sem que houvesse grande mudança em seu conteúdo. Mas eles desenvolveram uma teoria do valor, com base na utilidade, que permanece como cerne da teoria microeconômica até os dias de hoje (HUNT, 2005).

Outro economista de destaque é Alfred Marshall [1842–1924], considerado pertencente a uma “segunda geração” de marginalistas, ao desenvolver a teoria da utilidade, tal como ainda na atualidade tem dominado o ensino introdutório de microeconomia nas universidades. Marshall deduziu as curvas de demanda e de oferta a partir da teoria da utilidade, isto é, ele evidenciou como a maximização da utilidade pelos consumidores e do lucro pelas firmas é traduzida nas curvas de demanda e de oferta, e como se chega ao equilíbrio de mercado. Além disso, ele contribuiu em outros assuntos relacionados, como a análise do mercado de trabalho também através de uma perspectiva utilitarista e hedonista. Ele demonstrou que as pessoas calculavam as trocas envolvidas entre a minimização da dor de trabalhar ou de esperar por emprego e o prazer obtido na obtenção de mercadorias (gerado pela renda de estar empregado). Com este comportamento, o indivíduo estaria disposto a

arrumar trabalho a partir de um rendimento capaz de proporcionar prazer ou utilidade maior que a desutilidade de trabalhar ou de ter que aguardar por trabalho melhor remunerado. Assim, Marshall desenvolveu uma análise de equilíbrio relacionando os problemas da oferta, da procura e dos preços (HUNT, 2005; SANDRONI, 2004).

A Revolução Marginalista, do ponto de vista da história das ideias, associou intimamente a matemática de Newton e o utilitarismo de Bentham à teoria econômica. A assimilação da mecânica newtoniana evidenciou o caráter matemático da economia. A assimilação do utilitarismo foi crucial na ciência política, porque sugere maneiras de avaliar as políticas econômicas de acordo com a eficiência em satisfazer os desejos e necessidades dos indivíduos (COOTER; RAPPOPORT, 1984).

Por um lado, os marginalistas, ao modificarem a agenda e os métodos utilizados na economia, obtiveram uma teoria rigorosa e unificada, que explica o comportamento econômico de modo científico e, a princípio, passível de ser testado empiricamente. Este desenvolvimento possibilitou que fossem integradas as teorias do consumidor e da firma, do valor e da produção através da nova estrutura e método de análise econômica. O cálculo marginalista tem importância intrínseca como elo unificador destas novas teorias. A Economia passa a objetivar posições ótimas de equilíbrio para dado recursos, em que consumidores e produtores maximizem satisfação e lucro, além de ser utilizada em outras análises como, por exemplo, no mercado de trabalho. Estes fatos causaram a difusão e consolidação da ciência econômica como disciplina acadêmica (FEIJÓ, 2001). Isto porque, através dos princípios de maximização da utilidade dos indivíduos ou do lucro das firmas “[...] os economistas neoclássicos construíram um edifício bem organizado, simétrico e esteticamente agradável, dedutivo e matemático [...]” (HUNT, 2005, p. 362)

Por outro lado, para lograrem obter unidade em suas estruturas teóricas, os marginalistas substituíram os aspectos sociológico e histórico dos indivíduos por um agente maximizador, racional, e coerentes em seus desejos. Ou seja, a Economia deixa de ser uma ciência que explica as relações sociais para estudar a relação psicológica entre homens e bens de consumo. A matemática e o método dedutivo-lógico ganham maior importância na formulação de modelos, diminuindo o interesse na observação direta dos fenômenos econômicos e sociais. O núcleo teórico da economia é reduzido para um problema de maximização condicionada (FEIJÓ, 2001; HUNT, 2005).

Dando seguimento a descrição de como se deu a evolução da Teoria Econômica, Francis Edgeworth [1845–1926] foi o pioneiro na análise das curvas de indiferença. Enquanto Jevons, Menger e Walras tratavam a utilidade total do consumidor como uma função aditiva do tipo $U_t = u_1(x_1) + u_2(x_2) + \dots + u_n(x_n)$, em que a utilidade u de uma mercadoria i é função somente das quantidades x_i , Edgeworth introduziu uma função de utilidade em que há dependência entre as utilidades de cada bem, expressa como $U_t = U(x_1, x_2, \dots, x_n)$ (FEIJÓ, 2001). Esta função é a expressão matemática da curva de indiferença, que representa “todas as combinações de cestas de mercado que fornecem o mesmo nível de satisfação a um consumidor” (PINDYCK; RUBINFELD, 2006, p. 58).

Entretanto, foi Vilfredo Pareto [1848–1923] quem demonstrou que a Economia pode prescindir dos conceitos de prazer e utilidade e dos motivos egoísta ou altruísta para a ação, pois o economista pode obter todos os dados que precisa ao observar as escolhas ocorridas no mercado e os respectivos dados de oferta e demanda. Ou seja, a economia poderia ser constituída diretamente a partir dos fatos: dados psicológicos não são necessários para a Economia, as *escolhas* são o suficiente, o que difere de Edgeworth, que ainda acreditava na noção de utilidade (BRUNI, 2006). Além disto, Pareto forneceu as bases epistemológicas da teoria econômica contemporânea, ao introduzir o conceito conhecido como *Eficiente de Pareto* ou *Ótimo de Pareto*. O Ótimo de Pareto é uma situação em que nenhum agente poderá melhorar sua posição sem piorar a de outro, em outras palavras, os recursos da economia estão de tal forma alocados que não existe nenhuma reordenação capaz de melhorar a condição de qualquer indivíduo sem piorar a de outros. Ou seja, neste caso a economia encontra-se em uma posição *ótima* (FEIJÓ, 2001; HUNT, 2005). Segundo Sandroni (2004), a Economia do Bem-Estar estuda, em grande medida, os meios para que um Ótimo de Pareto seja alcançado. E, de acordo com Pindyck e Rubinfeld (2006, p. 50), o primeiro teorema da Economia do Bem-Estar afirma que “[s]e todos fizerem transações em um mercado competitivo, todas as transações mutuamente vantajosas serão realizadas e o equilíbrio na alocação de recursos será economicamente eficiente”, ou seja, este teorema nada mais é do que um Ótimo de Pareto.

Por último, John Richard Hicks [1904–1989], Paul Samuelson [1915–2009] e Roy Allen [1918–1991] estão entre os economistas que desenvolveram a teoria econômica a partir de Pareto para uma perspectiva experimental, através dos fundamentos da teoria da escolha racional e das preferências reveladas (BRUNI, 2002; FEIJÓ, 2001). Hicks e Allen, por exemplo, definiram complementaridade e lei da utilidade marginal decrescente em termos

estritamente não-utilidade, o que não foi conseguido por Edgeworth e Pareto. Eles forneceram as bases técnicas para uma da teoria comportamental do consumidor, ao isolar e desenvolver as partes que não dependem de cardinalidade. Os conceitos de utilidade marginal de um bem e o de complementaridade entre dois bens foram substituídos, respectivamente, pelos conceitos de taxa marginal de substituição entre dois bens e uma concepção revista de complementaridade que exigia a presença de três bens.

Essas mudanças não alteraram qualquer dos resultados padrão sobre o equilíbrio do consumidor, mas as implicações para o significado de utilidade foram substanciais: um conceito que descreve impulsos mentais (utilidade marginal) foi substituído por um conceito comportamental (taxa marginal de substituição) (COOTER; RAPPOPORT, 1984). Paul Samuelson, por sua vez, desenvolveu o conceito de *preferências reveladas*, em que as escolhas do consumidor (que são observáveis) *revelam* as preferências (não observáveis). Ou seja, se um consumidor, tendo em conta sua restrição orçamentária, escolher uma cesta de bens *A* em detrimento de outra opção *B*, então *A* é preferível a *B*. Neste caso, não é necessário nem mesmo um ordenamento das preferências, pois o comportamento do consumidor é suficiente para determinar o que maximizará sua satisfação (PINDYCK; RUBINFELD, 2006; FEIJÓ, 2001).

Estes últimos refinamentos das premissas comportamentais da Economia Tradicional, em meados do século XIX, sepultaram de vez o subjetivismo presente na teoria, em que a utilidade pode ser cardinalmente medida e comparada, tal como se apresenta, por exemplo, nos estudos de Jevons, Menger e Walras. Ou seja, o que explicava a conduta individual eram elementos subjetivos, em que “[...] há a idéia do homem que age após antecipar as consequências de seus atos, governando sua ação pelo saldo entre o desejado e o indesejado” (FEIJÓ, 2001, p. 276). “A utilidade era concebida como uma relação cardinalmente mensurável entre uma pessoa e os objetos externos de consumo”, sendo que “[t]odo comportamento humano era, então, reduzido a tentativas de maximização da utilidade” (HUNT, 2005, p. 366). Os economistas do século XX buscaram remediar os conceitos do hedonismo psicológico, mas de tal modo que continuassem tirando as mesmas conclusões referentes ao comportamento maximizador dos indivíduos. Assim, as curvas de indiferença permitiram a quantificação ordinal das utilidades, não sendo mais necessárias medidas cardinais. Mais que isso, a palavra *utilidade* passou a ser omitida em favor da palavra *preferência*, pois esta pode ser observada empiricamente através das escolhas (HUNT, 2005).

Standard economic theory (and decision science) uses an 'objectivist' position based on observable choices made by individuals. Individual utility only depends on tangible factors (goods and services), is inferred from revealed behaviour (or preferences), and is in turn used to explain the choices made. [...] Moreover, the axiomatic revealed preference approach is not only applied to derive individual utility, but also to measure social welfare (FREY; STUTZER, 2000, p. 145).

Esta “edificação” teórica ortodoxa demonstrou que através do comportamento maximizador de consumidores e produtores, em condições de concorrência, a sociedade alcançaria níveis ótimos de bem-estar. Este comportamento passa a ser observado empiricamente, de acordo o ordenamento de preferências dos indivíduos e de sua dotação inicial de ativos (HUNT, 2005). Assim, quanto maior a renda do indivíduo (*dotação inicial*), melhor ele poderá eleger (*ordenamento de preferências*) bens e serviços que proporcionam um aumento do seu bem-estar.

Para finalizar, de acordo com Hunt (2005), o Ótimo de Pareto, que é alcançado automaticamente através do comportamento maximizador dos consumidores e das firmas em uma economia de livre mercado, “representa a organização única da produção, distribuição e troca que leva ao máximo de bem-estar atingível” (FERGUSON, 1969 apud HUNT, 2005, p. 365). Isto se relaciona ao fato de a Teoria Tradicional considerar o bem-estar como “uma relação entre indivíduo e o objeto de consumo” (HUNT, 2005, p. 367). Este indivíduo, por sua vez, é visto de modo atomizado, calculista, hedonista e maximizador. A ética hedonista é base desta visão. E a ideia de que, se o indivíduo gosta de algo, o melhor é ter mais, é o princípio normativo último da economia do bem-estar, que pode ser afirmado de várias maneiras:

mais prazer é, eticamente, melhor do que menos prazer (versão de Bentham); mais utilidade é, eticamente, melhor do que menos utilidade (versão neoclássica de fins do século XIX); uma posição preferida no ordenamento de preferências de um indivíduo é, eticamente, melhor do que uma posição não preferida (versão neoclássica contemporânea) (ibid).

Deste modo, renda, riqueza e consumo passam a ser concebidas como medidas de bem-estar. “Because income correlates with number of choices, greater income is equivalent to higher well-being” (DIENER; SELIGMAN, 2004, p. 2). E, conseqüentemente, métricas relativas ao crescimento do PIB, aumento da renda dos indivíduos, avanços tecnológicos, industrialização, costumam balizar o desenvolvimento de um país, de acordo com a teoria tradicional (SEN, 2010). É fato que existe uma distinção – iniciada através dos trabalhos de Paul Samuelson no final da década de 1940 – entre a parte dedicada à Microeconomia, discutida até o momento, e aquela cabível a Macroeconomia, e preocupada, entre outras coisas, com o desempenho do PIB (SANDRONI, 2004). Entretanto, existe também uma

correlação entre as duas matérias pelo fato de que o aumento do PIB da nação (*macro*) consequentemente melhora as condições de renda dos indivíduos (*micro*), o que lhes permite aumentar o consumo. Como um pressuposto fundamental da análise econômica é que o bem-estar é aumentado através do consumo de bens e serviços, o PIB é então considerado por muitos como um critério de bem-estar e progresso (CONCEIÇÃO; BANDURA, 2008).

Em síntese, os pressupostos da Economia Ortodoxa e suas vertentes, a Microeconomia e a Economia do Bem-Estar, permeiam toda análise e conclusões teóricas e práticas voltada para a política econômica convencional e as medidas avaliativas. Também possuem como questões relevantes o crescimento da renda, riqueza, produção e consumo dos indivíduos e das nações, de modo a aumentar o bem-estar.

2.1.2 A Economia da Felicidade

A Economia da Felicidade avalia o bem-estar através da combinação de técnicas de economistas e psicólogos e se baseia em noções mais amplas de utilidade do que na Economia Tradicional. As pesquisas destacam outros fatores que afetam o bem-estar além de renda e consumo, sendo adequada para informar questões em áreas onde as preferências reveladas fornecem informações limitadas, como, por exemplo, os efeitos sociais da desigualdade e da inflação e do desemprego, possibilitando potenciais contribuições para a política (GRAHAM, 2008).

Na Economia da Felicidade, o bem-estar é compreendido através de aspectos subjetivos. O bem-estar subjetivo enfatiza a avaliação que os indivíduos fazem de suas próprias vidas, isto é, o quanto pensam e sentem que suas vidas estão indo bem, e leva em conta quatro componentes:

- (i) pleasant emotions (joy, contentment, happiness, love and so on); (ii) unpleasant emotions (sadness, anger, worry, stress and so on); (iii) global life judgment (life evaluation, fulfilment, meaning, success and so on); and (iv) domain satisfaction (marriage, work, health, leisure and so on) (DIENER; SELIGMAN, 2004 apud BRUNI; PORTA, 2007b, p. xviii).

Entretanto, até recentemente, se uma pessoa dissesse estar feliz, os céticos diriam que é apenas um estado subjetivo, pois não havia meios para mostrar qualquer conteúdo objetivo. Porém, na atualidade há critérios científicos estabelecidos e validados capazes de medir o bem-estar subjetivo dos indivíduos (LAYARD, 2008). Como consequência destes avanços,

felicidade, para os economistas, geralmente não é *definida*, mas empiricamente *mensurada* (BRUNI; PORTA, 2007b). Deste modo, em Economia da Felicidade tem-se utilizado a felicidade reportada como forma de analisar a composição do bem-estar dos indivíduos, o que também poderia ser utilizado como medida da utilidade. Ou seja, os economistas que utilizam estes dados retomam a ideia de que a utilidade das pessoas *pode e deve* ser mensurada¹, mas desta vez em termos de felicidade relatada (FREY; STUTZER, 2002a).

Pode-se considerar como o prelúdio do tópico felicidade em Economia, através de pesquisas empíricas, os trabalhos dos psicólogos Brickman e Campbell (1971) e do economista Easterlin (1974) na década de 1970. Brickman e Campbell (1971) relacionaram as condições objetivas de vida dos indivíduos, tais como renda e riqueza, com o seu bem-estar pessoal. Eles concluíram que há uma tendência humana de retornar rapidamente a um determinado nível de felicidade após eventos da vida, sejam positivos ou negativos, o que culminou no termo *hedonic treadmill*: “The nature of [adaptation] condemns men to live on a hedonic treadmill, to seek new levels of stimulation merely to maintain old levels of subjective pleasure, to never achieve any kind of permanent happiness or satisfaction” (ibid, p. 289). Easterlin (1974), por sua vez, constatou que, em qualquer período, os indivíduos ricos são mais felizes que os pobres. Contudo, a felicidade média reportada nos Estados Unidos entre os anos de 1946-1970 permaneceu estagnada, não obstante o forte crescimento econômico ocorrido no período. Em síntese, a constatação de Easterlin foi que “[...] at any particular time richer individuals are happier than poorer ones, but over time the society did not become happier as it became richer” (Sachs, 2012, p. 4). Convencionou chamar-se esta descoberta como *Paradoxo da Felicidade*, também conhecido por *Paradoxo de Easterlin*.

Posteriormente, outros estudos confirmaram que, no longo prazo, o crescimento econômico dos países não proporcionou, na média, maior felicidade aos indivíduos. Cassiers e Delain (2006) apresentaram um estudo relacionando a evolução do PIB real per capita de diversos países com a felicidade média reportada por seus habitantes. Os autores constataram que, mesmo com o aumento da renda dos indivíduos, a felicidade permaneceu estagnada nos Estados Unidos, Japão, Países Baixos, França, Alemanha e Dinamarca, destacando-se ainda uma queda abrupta da felicidade na Bélgica e uma tendência ascendente unicamente na

¹ Conforme visto no subcapítulo anterior, esta ideia estava presente em Bentham e nos economistas do final do século XIX, porém eles não foram capazes de comprovar sua viabilidade científica e os meios para comparar a utilidade entre diferentes indivíduos.

Itália.² Layard (2008) também constatou que não houve aumento na felicidade reportada nos Estados Unidos e no Japão nos últimos 50 anos e na Europa desde 1973, quando iniciaram os registros. Ainda é possível citar uma série de trabalhos, os quais obtiveram igual resultado, nos países pesquisados em seus estudos, quanto à relação, no longo prazo, entre a estagnação da felicidade e o aumento do produto real: Di Tella, Macculloch e Oswald (2003), Diener e Oishi (2000), Easterlin (1995; 2000) e Kahneman e Krueger (2006).

Após Easterlin (1974), o tema Felicidade passou a ser abordado por outros pesquisadores, evoluindo constantemente através dos trabalhos de Scitovsky (1976), Hirsch (1977), Ng (1978), Layard (1980) e Frank (1985), ao acrescentarem importantes contribuições. Em 1993 foi organizado um simpósio em Londres sobre Felicidade e Economia, possibilitando que os procedimentos fossem posteriormente publicados no *The Economic Journal*: Dixon (1997), Frank (1997), Ng (1997) e Oswald (1997). Em razão disto, “Since the late 1990s, economists have started to contribute large-scale empirical analyses of the determinants of happiness in different countries and periods” (FREY; STUTZER, 2002b, p. 404). Já na década de 2000, a interface Felicidade e Economia tem sido tema de mais de 3.000 estudos empíricos já feitos segundo Veenhoven (2005) e de livros como os de Bruni (2006), Bruni e Porta (2005, 2007a), Bruni e Zamagni (2010), Frey (2008), Frey e Stutzer (2002a, 2007), Giannetti (2002) e Layard (2008).

Um dos meios comumente utilizados em Economia da Felicidade para saber se as pessoas estão mais ou menos felizes em relação à vida que levam, e à medida que as condições de mundo se modificam, é *perguntando a elas*, o que proporciona uma medida de bem-estar subjetivo.

Nas últimas três décadas, uma formidável bateria de questionários e entrevistas vem sendo aplicada a amostras representativas das populações de dezenas de países, principalmente entre os de alta renda per capita, procurando obter respostas sobre o grau de felicidade (elevada, moderada ou baixa) dos indivíduos com a sua vida como um todo (GIANNETTI, 2002, p. 62-63).

Para avaliar a felicidade, Easterlin (1974, p. 91) utilizou a seguinte pergunta, retirada do banco de dados *Gallup*: “[t]aken all together, how would you say things are these days – would you say that you are *very happy*, *fairly happy*, or *not very happy*?” A partir das respostas, ele fez uma escala (1) *very happy*, (2) *fairly happy* e (3) *not very happy*, de modo que a felicidade reportada pode ser comparada com outras variáveis. Segundo Easterlin

² Dados da pesquisa cobrem o período de 1947 a 2005 para os Estados Unidos, de 1958 a 2005 para o Japão e de 1973 a 2005 para os países da Europa.

(1974), nas pesquisas do *Gallup*, a pergunta sobre a felicidade estava combinada com 50 ou mais questões, muitas destas tratando de eventos da época ou políticos, sendo que a questão sobre status econômico se encontrava no final da pesquisa.

Na atualidade, a configuração dos questionários continua semelhante, com uma ou duas questões relacionadas à felicidade ou satisfação de vida como um todo, seguido por perguntas sobre temas sociais, políticos, econômicos, relacionado à vida do indivíduo, a fatos contemporâneos, dentre outros. Uma síntese dos principais bancos de dados (*surveys*) que utilizam medidas de bem-estar subjetivo em pesquisas nacionais ou transnacionais pode ser encontrada no artigo de Dolan, Peasgood e White (2008). Eles relacionam 19 bancos de dados em uma tabela, organizada em quatro colunas com as seguintes informações: nome da instituição de pesquisa, os detalhes de cada banco de dados, a(s) questão(ões)-chave sobre a felicidade ou satisfação e a escala de respostas.

De acordo Frey e Stutzer (2002a), os critérios científicos para avaliar a felicidade são a confiabilidade, a validade, a coerência e a comparabilidade³. Os autores destacam a importância de uma cuidadosa construção do questionário, uma amostra representativa e uma quantidade suficiente de dados, de modo que erros dispersos na felicidade reportada sejam tratados através da aplicação de técnicas econométricas adequadas. Graham (2008) salienta que uma nota de cautela é necessária por causa dos potenciais vieses em dados de pesquisas e as dificuldades no controle de traços de personalidade não observáveis. Entretanto, Frey e Stutzer (2002a) argumentam ainda que o bem-estar subjetivo é moderadamente estável e adequadamente sensível às mudanças nas circunstâncias de vida, sendo que os dados podem ser comparados com outras observações do mesmo fenômeno. Por exemplo, pessoas que relatam ser mais felizes que a média são mais suscetíveis de serem avaliadas como sendo felizes também por amigos, familiares e cônjuges; sorriem mais frequentemente durante interações sociais; são mais propensas a iniciar contatos sociais e fazer amigos, são mais predispostas a responder aos pedidos de ajuda; dentre outros⁴.

Desta forma, diversos economistas tem utilizado a estrutura teórica da Economia da Felicidade para analisar os determinantes do bem-estar dos indivíduos e influenciar políticas econômicas. Além disso, conforme Layard (2008), a Felicidade poderia ser assinalada como um objetivo central da sociedade, de modo que as realizações sociais passem a ser avaliadas

³ Para definição destes critérios, ver Sampieri, Collado e Lucio (2006) e Frey e Stutzer (2002a).

⁴ Para uma análise mais completa, ver os trabalhos de Frank (1997) e Powdthavee (2007).

de acordo com a capacidade de aumentarem a felicidade dos indivíduos. Para este fim, os determinantes da felicidade balizariam, em parte, os objetivos de política econômica e social. Uma análise breve de alguns destes determinantes é interessante para compreender como se dão estas pesquisas e quais os resultados encontrados, sendo que alguns destes contradizem a teoria tradicional, questões estas apresentadas nos parágrafos seguintes.

Em relação à renda, Frey e Stutzer (2002a) asseveram que há razões para as quais maior renda não se traduz simplesmente em felicidade, sendo a mais importante a que se refere ao fato de as pessoas compararem-se umas com as outras⁵. Neste caso, não é a renda absoluta que importa mais, mas sim a renda relativa, a qual se refere à posição relativa de um indivíduo em relação a outros. Corroborando neste quesito Luttmer (2005), que descobriu em sua pesquisa que, controlando a variável renda do próprio indivíduo, maiores ganhos de vizinhos estão associados a níveis mais baixos de felicidade relatada.

Outro aspecto crucial para a felicidade são as relações familiares, comunitárias e entre amigos. Layard (2008) detectou que mudanças na estrutura familiar causam uma grande diferença na felicidade. Situações como divórcio, separação e viuvez causam redução na felicidade relatada dos indivíduos. Easterlin (2003, 2005) analisou um estudo do ciclo de vida de gerações entre 18 e 80 anos e constatou que pessoas casadas mantêm seus níveis de felicidade, enquanto dissoluções matrimoniais causam efeito negativo. Helliwell e Putnam (2004) constataram que a qualidade da vida comunitária está fortemente ligada ao bem-estar subjetivo através de diferentes formas, dentre as quais os laços de amizade, incluindo vizinhos e colegas de trabalho, o engajamento civil e a confiança social. Na Economia Tradicional, aspectos familiares e comunitários não costumam entrar em pauta, pois os objetivos econômicos vislumbrados são outros, referentes à aspectos materiais e não sociais.

Um último exemplo é o trabalho, o qual mais do que renda, proporciona um sentido para a vida e o sentimento de estar contribuindo para a sociedade como um todo. Por isto, o desemprego se equipara a um desastre na vida das pessoas, pois reduz suas rendas, destrói a autoestima e as relações sociais criadas através do trabalho (LAYARD, 2008). Verificam-se então custos psicológicos e sociais relacionados ao desemprego. Primeiro, pelo fato de produzir depressão, ansiedade e baixa estima; segundo pelo estigma social existente (FEATHER, 1990 apud FREY; STUTZER, 2002a). Como consequência, a pessoa desempregada tem, em média, uma felicidade inferior àquela empregada, conforme

⁵ Interessantes exemplos de comparações sociais são apresentados nos livros de Ariely (2008, 2010) e Layard (2008).

averiguado empiricamente nos estudos de Layard, (2008), Frey e Stutzer (2002a) e Di Tella, Macculloch e Oswald (2001). Estes dados comprovam a correlação positiva entre felicidade e emprego, resultado diferente da concepção ortodoxa em Economia, que analisa o desemprego como uma escolha feita entre alternativas distintas e que, em certos aspectos, estar sem emprego não é fator de sofrimento (FREY; STUTZER, 2002a). Da mesma forma, lazer possui correlação positiva com a felicidade. Entretanto, uma das principais atividades de lazer da atualidade é assistir televisão, o que está relacionado com infelicidade quando a maior parte do tempo livre é utilizada para este fim⁶. Estes resultados distinguem-se das concepções tradicionais relacionadas à perda de utilidade (ou seja, de prazer, satisfação) proporcionado pelo trabalho e do ganho dessa proporcionada pelo lazer (FREY; STUTZER, 2002a).

Assim sendo, verifica-se que a busca da felicidade não é uma ideia nova; o assunto foi tratado do ponto de vista histórico nos livros de McMahon (2006) e Minois (2011). Entretanto, de acordo um relatório um relatório do Fórum Econômico Mundial, tendências recentes tem colocado o assunto em proeminência e destaque: “[e]conomic growth has its value, but increasingly people feel that more is needed; what is wanted is well-being. In many countries, such as the US, happiness has not increased despite economic growth” (FEM, 2012, p. 3). Assim, a Economia da Felicidade retoma o caráter central da felicidade para valoração da sociedade, sendo que os objetivos econômicos, políticos e sociais deveriam ser traçados de modo a aumentá-la. A felicidade é entendida então com fundamental para avaliar o bem-estar.

2.1.3 A Abordagem das Capacidades

A abordagem das capacidades é uma estrutura teórica que envolve dois princípios normativos fundamentais: primeiro, a afirmação de que a liberdade de alcançar o bem-estar é de importância moral primária, e, segundo, que a liberdade para alcançar o bem-estar deve ser entendida em termos de capacidades dos indivíduos, isto é, as suas oportunidades reais para fazer e ser o que têm motivos para valorizar. Esta abordagem levou a uma literatura nova e interdisciplinar nas ciências sociais, resultando em novas estatísticas e indicadores sociais e em estudos sobre desenvolvimento econômico, desenvolvimento humano, dentre outros

⁶ Bruni e Stanca (2008) apresentam estudo empírico em que concluem que o tempo gasto assistindo televisão tem um efeito negativo e significativo sobre o tempo gasto com atividades de voluntariado, recreativas, convivência com amigos, familiares, parentes, que proporcionam maior satisfação aos indivíduos.

(ROBEYNS, 2011). O desenvolvimento teórico da abordagem das capacidades, nas últimas décadas deve-se ao trabalho pioneiro do Economista Amartya Sen [1933–...], bem como do contributo da filósofa Martha Nussbaum [1947–...]. Embora seja possível traçar alguns aspectos desta abordagem a partir de Aristóteles, Adam Smith, Karl Marx, entre outros (ver NUSSBAUM, 1992; SEN, 2010; WALSH, 2000), Sen é considerado o principal responsável para que a abordagem das capacidades se tornasse um novo referencial teórico, utilizado por estudiosos e políticos em uma ampla gama de campos, sendo os mais proeminentes aqueles referentes ao desenvolvimento, à formulação de políticas públicas e sociais e à economia do bem-estar (ROBEYNS, 2011). Vale notar que o termo *capacidades* apareceu pela primeira vez nos estudos de Sen através do artigo *Equality of What?* (SEN, 1979), que passou a elaborá-lo desde então em trabalhos posteriores (por exemplo, SEN, 1999; 2008; 2010).

A perspectiva teórica da abordagem das capacidades é geralmente concebida como uma estrutura flexível e polivalente, em vez de uma teoria precisa de bem-estar. Isso está em contraste com outros relatos de bem-estar, que se concentram exclusivamente em meios materiais como recursos, renda ou riqueza, ou em categorias subjetivas, como a felicidade (ROBEYNS, 2005; 2011). Sen (1999; 2008; 2010; 2011) critica os pressupostos da Economia Tradicional e, mais sutilmente, da Economia da Felicidade, conforme explicado nos dois parágrafos seguinte.

Sen (2010) afirma que de acordo com a Teoria Econômica Tradicional, o bem-estar esta associado com o prazer ou felicidade gerados. O motivo disto é o fato de o utilitarismo ser a teoria ética dominante há mais de um século. “Na forma clássica do utilitarismo, a forma benthamista, a 'utilidade' de uma pessoa é representada por alguma medida de seu prazer ou felicidade” (ibid, p. 84), mas ele esclarece que “[...] frequentemente se define utilidade na análise econômica moderna como alguma representação numérica das *escolhas* observáveis de uma pessoa” (ibid, p. 85-86). Sen (2010) então explica que a avaliação utilitarista tem por base três componentes, são eles o *consequencialismo*, o *welfarismo* e o *ranking pela soma*. Resumindo estes três, pode-se dizer que “[...] qualquer ação é julgada segundo o estado de coisas consequente (devido ao consequencialismo), e [...] de acordo com as utilidades desse estado (devido ao welfarismo)” (SEN, p. 85). E as utilidades de diferentes pessoas são somadas conjuntamente, sem atentar para a distribuição desse total (devido ao ranking pela soma). Assim, “[...] define-se *injustiça* como uma perda agregada de utilidade em comparação com o que poderia ser obtido” (ibid) e o bem-estar esta relacionado com um aumento das utilidades, a satisfação do desejo ou a força deste desejo (SEN, 1999; 2008; 2010). Sen (2010)

expõe algumas desvantagens da abordagem utilitarista: indiferença distributiva, por não considerar a desigualdade na distribuição da felicidade; descaso com os direitos e liberdades, valorizando estas apenas na proporção em que influenciam a utilidade e; adaptação e condicionamento mental, no sentido de os desejos e prazeres dos indivíduos serem adaptáveis às circunstâncias, sobretudo para tornar a vida suportável diante das adversidades.

Por outro lado, nota-se que apenas recentemente Sen se inteirou da perspectiva adotada pela Economia da Felicidade, o que é possível averiguar no capítulo 13 do seu livro *A ideia de justiça* (SEN, 2011), no qual ele cita e discute as formulações de economistas como Richard Easterlin, Tibor Scitovsky e Richard Layard. Sen (2011, p. 307) manifesta então que “[h]á poucas razões para duvidar da importância da felicidade na vida humana, e é bom que a tensão entre a perspectiva da renda e a perspectiva da felicidade receba, finalmente, mais atenção por parte da economia dominante”. Nota-se que ele considera a perspectiva da felicidade ainda como parte da corrente principal em economia. Entretanto, a crítica de Sen (2011) aos pressupostos da felicidade é o fato de ela ser considerada por autores como Layard (2008) um objetivo último, no qual estaria implícita a afirmação de que, em última instância, nada mais importa. Sen (2011, p. 310) argumenta que “[p]or mais importante que seja, a felicidade dificilmente pode ser a única coisa que temos razão para valorizar, nem a única métrica para medir as outras coisas que valorizamos”. Por outro lado, ele pondera que – desde que se não seja dado um papel “imperialista” – então “ser feliz” é um funcionamento que pode ser considerado bastante importante, dentre outros: “[a] perspectiva da felicidade ilumina uma parte extremamente importante da vida humana” (ibid). Ou seja, Sen (2011) relativiza o papel da felicidade na vida das pessoas. Ele considera que quando os indivíduos realizam e satisfazem seus objetivos, isto frequentemente influencia a sensação de felicidade gerada por tal realização. Deste modo, a felicidade tem um mérito indicativo por estar relacionado com os sucessos e os fracassos da vida, mesmo que não seja a felicidade a única coisa almejada ou com razões para ser buscada pelas pessoas.

A concepção de bem-estar através da abordagem das capacidades pode ser compreendida elementarmente a partir de Sen (2008; 2010), que explica o bem-estar através de dois conceitos principais: *funcionamentos* e *capacidades*. Funcionamentos referem-se a estados (ser) ou ações (fazer), em outras palavras, refletem as várias coisas que um indivíduo considera valioso fazer ou ter. “Viver pode ser visto como consistindo num conjunto de ‘funcionamentos’ inter-relacionados [...]” (Sen, 2008, p. 79). Os funcionamentos podem variar de coisas elementares, como ter uma boa saúde e estar bem nutrido, até realizações mais

complexas como tomar parte das atividades da comunidade, ser feliz e ter respeito próprio. Pode-se oferecer uma enormidade de exemplos, mas o importante aqui é que “[...] uma avaliação do bem-estar tem de assumir a forma de uma apreciação desses elementos constituintes” (ibid), isto é, os funcionamentos realizados pelos indivíduos. Já as capacidades são concernentes às alternativas de funcionamentos cuja realização é factível. A capacidade, na perspectiva em questão, não possui o sentido ordinário do termo, como estar apto ou habilitado a fazer algo, mas significa as condições para realizar funcionamentos. Ou seja, a capacidade é um tipo de liberdade substantiva, pois reflete as oportunidades de escolha que o indivíduo tem de realizar aquilo que considera importante ou de valor. Segundo Sen (2008, p. 81) “[e]scolher pode em si ser uma parte valiosa de viver, e uma vida de escolhas genuínas com opções representativas pode ser concebida [...] como mais rica”.

Deste modo, a abordagem da capacidade propõe que a avaliação do bem-estar deve estar relacionada a dois elementos: (1) os *funcionamentos realizados*, que se refere ao que a pessoa faz, e; o (2) *conjunto capacitário*, que se refere às coisas que esta pessoa é substantivamente livre para fazer. O primeiro constituiu os elementos do bem-estar, enquanto o segundo reflete a liberdade para buscar estes elementos constitutivos, ou seja, as oportunidades reais para ter bem-estar (SEN, 2008; 2010). Assim, a liberdade de alcançar o bem-estar é uma questão do que as pessoas são capazes de fazer e ser, e, portanto, o tipo de vida que são efetivamente capazes de conduzir. Esta abordagem relacionada com as oportunidades para realização dos indivíduos, desde as mais básicas, como a capacidade de ser bem nutrido e alimentado, a oportunidades mais complexas, como desfrutar de relações sociais de apoio (ROBEYNS, 2005; 2011).

2.2 MEDIDAS DE PROGRESSO

Após a discussão sobre a ideia de progresso e as teorias de bem-estar, chega-se a esta subseção que é central neste estudo, no sentido de fazer a ligação entre as discussões teóricas anteriores e a metodologia que virá posteriormente. Isto porque são três os pontos trabalhados aqui: nas duas seções seguintes serão discutidas medidas tradicionais e hodiernas de progresso. Em ambas há influencia das questões e teorias abordadas anteriormente. Depois, na terceira seção, será tratado sobre como os projetos que visam medir o progresso são estruturados em termos de domínios, dimensões e indicadores.

2.2.1 Medidas Tradicionais de Progresso

A ideia de quantificar aspectos críticos das sociedades, a fim de melhor compreender a sua situação, não é nova. Os governos coletam dados sobre a população e os recursos desde os tempos antigos. De acordo com Scrivens e Iasiello (2010), na Europa do século XVII foram feitas as primeiras tentativas de avaliação da riqueza da nação através de Sir William Petty, na Grã-Bretanha, e dos chamados Fisiocratas, na França. Entretanto, apenas no século XX, com o desenvolvimento de novos indicadores e coletas de dados, foi possível fazer uso de medidas concernentes a certas perspectivas de progresso social. No texto que segue é apresentada uma descrição de como foi tratada a questão de medir a situação da sociedade e como isso evoluiu para a incorporação de outras dimensões que possam captar o bem-estar.

A primeira iniciativa importante de mensuração e análise do estado econômico da sociedade trata-se das contas nacionais, que começaram a surgir a partir dos anos 1930, o que levou às primeiras estimativas detalhadas da riqueza de um país através das óticas do produto, da renda ou do dispêndio, e também o principal caminho para aferir o progresso de modo objetivo (HALL et al., 2010). Através da contabilidade nacional é possível apurar o Produto Interno Bruto (PIB) do país. O PIB tem sido o indicador mais empregado por pessoas, empresas e governos durante o século XX, pois fornece o valor de todos os bens e serviços produzidos dentro de uma entidade geográfica em dado período de tempo. Ao agregar a miríade de fontes de produção econômica de um país em um único número, o PIB fornece um meio poderoso para avaliar o progresso de uma nação, além de haver uma forte correlação entre diferentes níveis de PIB e importantes indicadores de bem-estar (SCRIVENS; IASIELLO, 2010).

A segunda tentativa de mensuração de aspectos concernentes ao bem-estar das sociedades refere-se ao desenvolvimento de indicadores sociais. A história das estatísticas sociais é bastante antiga, havendo exemplos desde o século XVII, quando John Graunt usou os dados da mortalidade em Londres para construir um quadro estatístico da saúde dos londrinos (PERLMAN; MCCANN JR, 1998). Também no século XIX houve esforços nos EUA e na Europa para coleta e análise de dados sociais, buscando identificar correlação entre diferentes componentes como pobreza e doenças ou entre alcoolismo e crime (COBB; RIXFORD, 1998). Entretanto, é apenas após a década de 1960 que se verifica o aumento do interesse por indicadores sociais através de uma série de publicações tratando sobre questões

como pobreza, relações raciais, desemprego, habitação, dentre os quais a revista *Social Indicators Research* e os relatórios da ONU (1975) e da OCDE (1982). Este último, por exemplo, possuía um compêndio com 33 indicadores divididos em oito grandes temas, tendo por objetivo auxiliar os países membros da OCDE a medir o fenômeno social.

O terceiro cometimento visando avaliar aspectos da sociedade refere-se ao tema sustentabilidade e meio-ambiente. Este movimento iniciou na década de 1960 através da conscientização da opinião pública quanto à fragilidade do meio-ambiente, principalmente nos países desenvolvidos. Mas é na década de 1980 que ocorre aumento significativo na preocupação quanto à gravidade dos problemas ambientais e o apoio para a proteção do meio ambiente (DUNLAPA, 1991). Em razão disso, começaram a ser elaborados indicadores de sustentabilidade através de organizações como a ONU (1984), a OCDE (1991) e a União Europeia (CE, 2005; 2010). Além disso, Pintér, Hardi e Bartelmus (2005) contabilizaram que já foram elaborados ao menos 669 indicadores para o meio-ambiente. Um indicador que tem ganhado destaque é a Pegada Ecológica, que busca mostrar a quantidade de território (em hectares) que são necessários para sustentar os padrões de consumo de uma pessoa ou de toda uma sociedade (WWF, 2006).

A quarta tentativa de medir elementos concernentes ao bem-estar adveio do desenvolvimento de indicadores subjetivos. A abordagem subjetiva mede a qualidade de vida a partir da própria perspectiva e experiência do indivíduo (SCRIVENS; IASIELLO, 2010; CONCEIÇÃO; BANDURA, 2008). Neste sentido, são utilizados indicadores relacionados à satisfação de vida familiar, satisfação no trabalho, dentre outros (FEM, 2012; HALL et al., 2010). Em Economia, tais tratativas iniciaram através do estudo de Easterlin (1974), que relacionou, ao longo do tempo, a felicidade reportada pelas pessoas com a situação econômica dos EUA. Nesta perspectiva, conforme argumenta Layard (2008), o bem-estar individual pode ser reduzido a uma única dimensão: a felicidade. Então, se as pessoas estão felizes ou satisfeitas com suas vidas, isso é tudo o que importa para o seu bem-estar, sendo que qualquer outro atributo importante para a vida das pessoas como saúde, educação, finanças etc. deve ser avaliada na proporção que contribui para a felicidade das mesmas. O progresso, neste caso, ocorre quando há um aumento na felicidade ou satisfação média dos indivíduos.

A quinta proposta a citar é a de mensuração do desenvolvimento humano, tendo por quadro conceptual subjacente à abordagem das capacidades. O principal indicador nesta perspectiva é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), criado 1990 pelos economistas

Mahbub ul Haq e Amartya Sen. Para desenvolver o IDH, foram selecionadas apenas três dimensões consideradas essenciais para o bem-estar: saúde (expectativa de vida ao nascer), educação (escolaridade) e padrão de vida (PIB per capita) (ONU, 1990). Já no ano de 2000, outra iniciativa ganhou destaque com a Declaração do Milênio das Nações Unidas (AGNU, 2000), que posteriormente foi implementada através de relatórios anuais sobre os progressos alcançados pelos Estados-Membros da ONU em oito objetivos, orientados por mais de 60 indicadores, que devem ser atingidos até 2015 (AGNU, 2002; ONU, 2005).

O sexto e último modelo de avaliação da sociedade está relacionado a indicadores institucionais, que medem, em determinado país ou região, questões como governança, corrupção, democracia, direitos humanos, cultura e valores (SCRIVENS; IASIELLO, 2010). Este processo foi influenciado, a partir da década de 1990, pelo reconhecimento da necessidade de um bom governo para o melhor desempenho econômico e atração de investimentos. Também a corrente institucionalista em economia, principalmente o economista Douglas North, argumentou da necessidade de considerar o sistema de governança de um país e suas instituições formais e informais, para o crescimento econômico e o bem-estar das populações (ARNDT; OMAN, 2006). Neste sentido, surgiram iniciativas do Banco Mundial e da Transparência Internacional. O primeiro criou em 1996 o *The Worldwide Governance Indicators*, que mede seis dimensões de governança em mais de 200 países e territórios: voz e responsabilização, estabilidade política e ausência de violência ou terrorismo, eficácia do governo, qualidade regulatória, estado de direito e controle da corrupção (KAUFMANN; KRAAY; MASTRUZZI, 2010). O segundo desenvolveu o *Corruption Perceptions Index*, o qual mede os níveis percebidos de corrupção no setor público em 176 países de todo o mundo (TRANSPARENCY, 2012). Além disso, destaca-se o surgimento de pesquisas que medem as percepções dos indivíduos quanto a questões políticas, sociais, econômicas, institucionais, culturais, valores pessoais, entre outras. Este é o caso de institutos de pesquisa como o *International Social Survey Programme*, *Latinobarometer*, *World Values Survey* e outros.

Todas estas iniciativas possuem uma importância tácita em relação ao estudo do progresso, porque foram capazes de captar aspectos que são importantes aos indivíduos, de modo que algumas se tornaram mundialmente reconhecidas como meios de avaliar e comparar os países, principalmente o PIB e o IDH. Entretanto, a crítica que tem sido feita está relacionada ao fato de que tais indicadores representam apenas determinado âmbito do progresso, isto é, representavam parcialmente os aspectos concernentes ao bem-estar dos

indivíduos. Ou seja, tal crítica é relativizada ao fato de que estes indicadores não podem ser analisados sozinhos, de modo que se faz importante avaliar o progresso através de uma abordagem mais abrangente, multidimensional, que leve em conta uma ampla gama de fatores importante às pessoas, questões estas que são expostas nas duas subseções subsequentes.

2.2.2 Medidas Hodiernas de Progresso

Conforme visto no subcapítulo anterior, uma crítica aos indicadores que tradicionalmente medem a situação da sociedade é o fato de eles perscrutarem apenas parte daquilo que importa para a vida das pessoas. As principais críticas estão relacionadas ao destaque que tem sido dado aos indicadores econômicos para aferir a sociedade, principalmente o PIB, o que pode ser constatado em estudos como os de Sen (2008; 2010), CCE (2009), Goossens et al. (2007), OCDE (2011b) e Stiglitz, Sen e Fitoussi (2009).

De acordo com a OCDE (2011b, p. 14), “[...] concerns have emerged that standard macro-economic statistics, such as GDP, which for a long time had been used as proxies to measure well-being, failed to give a true account of people’s current and future living conditions”. Sen (2010) exemplifica esta situação ao demonstrar através de dados comparativos que, apesar do aumento da opulência no mundo, um grande número de pessoas não desfrutam de liberdades básicas. E mesmo em países ricos, há dissonância entre a situação de vida de diferentes grupos étnicos, como é o caso de brancos e negros nos Estados Unidos. Sen (2010) também se opõe a ideia de que o crescimento do PIB seja considerado um fim em si mesmo. Para ele, o essencial é a expansão das liberdades humanas. Por sua vez, Goossens et al. (2007) explicam que o PIB não leva em conta o que chama de crescimento ou desenvolvimento sustentável. Então, para ser possível medir progresso, riqueza e bem-estar, devem-se incorporar indicadores para complementar o PIB, indicadores estes que relacionem os custos e benefícios sociais e ambientais.

Assim, no século XXI, países e instituições têm trabalhado em projetos para aferição do progresso, os quais procuram captar a situação de vida atual e futura das pessoas, sem se limitar às condições materiais – como o PIB per capita –, mas incluindo questões como as aspirações dos indivíduos e a sustentabilidade das sociedades ao longo do tempo. Estes

projetos podem ser encontrados em uma plataforma na Internet chamada Wikiprogress⁷. Esta plataforma foi lançada no 3º Fórum Mundial da OCDE, ocorrida em Outubro de 2009 na cidade de Busan, Coréia do Sul, e tem por objetivo compartilhar informações sobre iniciativas de avaliação do progresso ao redor do mundo. “Our goal is to create a web community around the vision of measuring the progress of societies by creating a place where progress and well-being data and research articles can be loaded, visualised, analysed and shared” (WIKIPROGRESS, 2013, p. 1).

Utilizando-se do Wikiprogress, foi possível acessar e consultar 50 projetos, os quais são apresentados no Apêndice A em uma tabela na qual consta país ou região, nome do projeto, website e descrição resumida dos objetivos. Estes projetos tem em comum o fato de buscarem fornecer uma ampla gama de dados sobre certa região, possibilitando análises diversificadas. Entretanto, são diversos os meios pelos quais os mesmos fazem isso e inúmeros os indicadores utilizados. Alguns fornecem formas criativas e rebuscadas de visualização dos dados, inclusive através de ferramentas de interação com os usuários e de visualização em mapas. Uma análise apurada de tais trabalhos fornece material de estudo para outras pesquisas do gênero.

Todavia, para os objetivos do presente estudo, restringiu-se, dos 50, para 14 projetos, sendo estes exaustivamente analisados para dar suporte ao modelo de estimação de progresso que foi proposto. Esta seleção deu-se através dos relatórios e materiais informacionais fornecidos pelos mesmos, buscando-se aqueles que mais se adequavam aos objetivos desta pesquisa, e que serviram de referência para a montagem de um *framework* para medir o progresso nos países selecionados, o que é discutido na seção 2.2.3 *Um Framework para Medir o Progresso* e que é construído no capítulo 3 *Procedimentos Metodológicos*.

Para chegar ao número de 14 projetos, primeiramente foram selecionados aqueles que tinham por objetivo medir o progresso, a qualidade de vida ou o bem-estar das populações, e isto deveria ser feito através de uma abordagem multidimensional. Após isto, foram excluídos projetos que: (a) não estivessem disponíveis em português, inglês ou espanhol; (b) fossem restritos a análise de municípios ou regiões dentro de um país; (c) apresentassem um grande número de indicadores, mas sem objetivos específicos ou sem uma análise e estruturação dos dados em conjunto; (d) que fossem restritos a determinadas áreas, como no caso de alguns que eram referentes aos Objetivos do Milênio e; (e) apresentassem apenas intenções e

⁷ Website: <http://www.wikiprogress.org>.

discussões, sem possuírem, ainda, relatórios com análise do progresso a partir de indicadores. Na Tabela 1 são mostrados os projetos selecionados, na qual também há a quantidade de dimensões e de indicadores que constam em cada um destes.

Tabela 1 – Projetos, dimensões e indicadores sobre o progresso

País ou Região	Projeto*	Qtde. Dimen.	Qtde. Indic.	Fonte
África do Sul	South African Development Index	6	25	South African (2013)
Austrália	Measures of Australia's Progress	17	69	Commonwealth (2010)
Butão	Gross National Happiness	9	33	Ura (2012)
Canadá	Canadian Index of Wellbeing	8	64	Canadian (2012)
EUA	Gallup-Healthways	6	25	Gallup e Healthways (2013)
Hong Kong	The Centre for Quality of Life	3	21	Chinese (2012)
Irlanda	Measuring Ireland's Progress	49	83	Ireland (2012)
Nova Zelândia	Measuring New Zealand's Progress	15	85	Zealand (2009)
Nova Zelândia	Social Report	10	43	Zealand (2010)
OCDE	Better Life Index	11	79	OCDE (2011a, 2011b)
Reino Unido	Measuring National Wellbeing	10	38	Beaumont (2011, 2012)
Mundo	Social Progress Imperative	12	52	Porter, Stern e Lória (2013)
Mundo	The Economist	9	9	Economist (2013)
Suíça	Monitoring Sustainable Development	4	63	Willi (2012)

Nota: * No Apêndice A também é possível encontrar o website e a descrição resumida destes projetos.

O total de indicadores dos projetos observados na Tabela 1 é de 689, sendo que esta é apenas uma soma das quantidades, e não representa a quantidade *real* de indicadores caso não fossem contabilizados aqueles que se repetem em mais de um projeto, como, por exemplo, o indicador de desemprego, o qual se encontra na maioria. Além disso, para esta contagem, foram excluídos indicadores repetidos em um mesmo projeto, quer dizer, indicadores que eram replicados para fazer avaliações por gênero, idade, renda e sexo, por exemplo. Também foi contabilizado como dimensão o que em alguns projetos era chamado de domínio, utilizando-se como critério o fato de nesta pesquisa ser considerado como domínio o agregado de diversas dimensões, e cada uma destas como sendo determinado componente do progresso e que possui um ou mais indicadores que a representam. Sendo, assim em seguida é feita uma análise dos projetos, separados por grupos com características em comum.

Primeiramente, alguns destes projetos possuem um desenvolvimento ainda incipiente, no sentido de resumirem o progresso em um pequeno número de indicadores e por não apresentarem uma discussão detalhada sobre questões como a metodologia utilizada, a situação econômica e social da sociedade e a análise dos dados. Também apresentam o

resultado da avaliação do progresso em relatórios resumidos (entre cinco e 12 páginas). Este é o caso da África do Sul (SOUTH, 2013), Hong Kong (CHINESE, 2012) e *The Economist* (ECONOMIST, 2013). Estes três projetos contribuem ao fornecerem indicadores para avaliar o progresso, que podem ser utilizados e comparados com os demais projetos, aumentando a base informacional.

Diferentemente dos anteriores, há três outros projetos que se destacam pelo número de indicadores e pela qualidade na apresentação e análises dos resultados e pela robustez dos relatórios, são eles Austrália (COMMONWEALTH, 2010), Irlanda (IRELAND, 2012), Suíça (Willi, 2012) e os dois projetos da Nova Zelândia (ZEALAND, 2009; ZEALAND, 2010). Os cinco possuem em comum a apresentação dos resultados através de gráficos e tabelas, e descrição de quais indicadores ou dimensões tem melhorado com o passar do tempo. A Irlanda faz comparações dos seus resultados em relação os demais países de União Europeia. A Nova Zelândia busca analisar o progresso evidenciando indicadores de sustentabilidade na primeira referência, já na segunda destaca indicadores de ordem social. A Suíça exibe os resultados através de símbolos que ilustram as tendências objetivadas, as observadas e a avaliação entre o que era esperado e o corrido. E, dentre estes cinco, a Austrália faz uma análise mais aperfeiçoada de como selecionou as dimensões e os indicadores, sendo que apresenta também um *benchmarking* com projetos de outras partes do mundo (COMMONWEALTH, 2012), semelhante ao que será feito neste estudo. A problemática encontrada nestes projetos é o fato de não é utilizarem diversas variáveis que não representam o progresso em si, mas que são, em alguns casos, meios de fazer a sociedade progredir como, por exemplo, despesa com educação, fluxo de investimentos, taxa de câmbio etc. De qualquer modo, estes projetos fornecem contributo para análise do progresso numa perspectiva multidimensional e ampla.

Um terceiro grupo a tratar é formado por projetos que se diferenciam pela sua especificidade na escolha dos indicadores usados para avaliar o progresso, são eles: Butão (URA, 2012), Reino Unido (BEAUMONT, 2011; 2012) e *Gallup* (GALLUP; HEALTHWAYS, 2013). O Butão utiliza indicadores que são bastante particulares a sua cultura e valores. Porém, também possui indicadores que reconhecidos por outros projetos como importantes para o bem-estar dos indivíduos como qualidade da habitação, renda familiar, alfabetização, dentre outros. Já o Reino Unido dá maior relevância para bem-estar subjetivo, pois a maioria dos indicadores está relacionado com o relato dos indivíduos para questões sobre saúde, educação, uso do tempo, finanças etc. O *Gallup* também tem a mesma

particularidade, mas se destaca por tratar principalmente sobre aspectos da saúde física e emocional das pessoas. Estes três projetos sozinhos fornecem uma visão de progresso particularizada, mas juntos com os demais são capazes de enriquecer este trabalho ao apresentarem uma visão diferenciada dos meios e indicadores para avaliar o progresso, os quais também devem ser levados em conta.

O último grupo a ser apresentado, dos 14 selecionados, é formado por Canadá (CANADIAN, 2012), *Social Progress Index* (PORTER; STERN; LORÍA, 2013) e OCDE (2011a, 2011b). O destaque para estes três grupos é o formato inteligível, acessível e interativo no qual detalham o grau de progresso, o que pode ser conferido no website de cada um deles.⁸ Estes três projetos também aparentam ser os mais avançados na escolha de uma abordagem multidimensional do progresso, bem como na forma que detalham os resultados. São contributos importantes neste estudo em termos de formatação e também em relação as dimensões e indicadores que utilizaram.

Por fim, a novidade destes projetos é o fato de buscarem avaliar a sociedade a partir de uma gama maior de informações e aspectos consoantes ao bem-estar dos indivíduos, isto é, compreender quais são os fatores que realmente importam na vida das pessoas. O relatório do Fórum Econômico Mundial considera que “[i]f you treasure it, measure it” (FEM, 2012, p. 4), o que pode ser complementado adequadamente por Stiglitz, Sen e Fitoussi (2009, p. 7), ao afirmar que “[w]hat we measure affects what we do”. Assim, medir e compreender aquilo que realmente repercute para o bem-estar e a felicidade das gerações atuais e futuras oferece um novo conjunto de prioridades que podem e devem ser apoiadas, seja pelos governos, pelas empresas ou mesmo no papel de agente de cada indivíduo (FEM, 2012). O ponto em comum entre esses diferentes projetos é o desejo de fazer algum tipo de avaliação multidimensional das condições e das mudanças sociais para além de um enfoque estritamente econômico. E como fazer isto é analisado na próxima subseção.

2.2.3 Um Framework para Medir o Progresso

Como o objetivo deste estudo é fazer uma proposta de avaliação do progresso, é essencial trabalhar os conceitos e elementos que envolvem a formatação de medidas que

⁸ Canadá: uwaterloo.ca/canadian-index-wellbeing/. *Social Progress Index*: www.socialprogressimperative.org/. OCDE: <http://www.oecdbetterlifeindex.org/>.

forem escolhidas e utilizadas para fazer tal avaliação. Esta discussão fornece algumas bases e entendimentos que são necessários a partir da seção de Procedimentos Metodológicos.

Primeiramente, para medir o progresso geralmente é preciso um quadro conceptual, ou seja, uma estrutura básica que possa ser usada para apresentar uma abordagem preferencial e confiável de uma ideia ou pensamento. *Framework* é um quadro ou estrutura lógica que delinea e ilustra as dimensões usadas para referir-se a um conceito particular. Um *Framework* para medir o progresso pode ser estruturado a partir de dois caminhos, os quais também podem ser combinados: através de uma abordagem conceitual, derivada de um entendimento sobre o que significa progresso; ou, por meio de uma abordagem consultiva em que os componentes e dimensões de progresso são selecionados através de consulta das populações envolvidas (HALL et al., 2010).

As dimensões representam os diversos componentes que, conjuntamente, explicam um determinado fenômeno, no caso em questão, o progresso da sociedade. Alkire (2002) utiliza o termo para se referir a qualquer dos aspectos que constituem uma situação particular e que coexistem com outros componentes. Para Hall et al. (2010), as dimensões são os blocos fundamentais de representação que compõem o *Framework*.

Ao montar um *Framework* sobre o progresso da sociedade, sem se restringir a uma sociedade ou cultura específica, três premissas devem ser levadas em conta na definição das dimensões usadas, conforme Hall et al. (2010): as dimensões devem representar fins humanos, ao invés de meios, e serem reconhecidas como intrinsecamente valiosas por pessoas de diferentes sociedades; devem ser definidas com clareza suficiente para evitar ambiguidade; devem obedecer a condição *ceteris paribus*, quer dizer, permanecendo todo o resto constante, mudanças na dimensão afetam o progresso. Mas não só isso, Alkire (2002) afirma que as dimensões também são: *autoevidentes*, na medida em que são potencialmente reconhecíveis por qualquer pessoa; *incomensuráveis*, no sentido de que todas as qualidades desejáveis de uma não estejam presentes em outra; *irreduzíveis*, pois não é possível fazer uma lista menor e; *não hierárquicas*, uma vez que não podem ser colocadas em uma hierarquia permanente.

Além disso, as dimensões podem ser agregadas em domínios específicos. Os domínios, segundo Hall et al. (2010), representam um conjunto de dimensões que se quer medir. Por exemplo, a Austrália avalia o progresso através de três domínios (sociedade, economia e meio-ambiente), os quais são divididos em 17 dimensões (saúde, educação, renda nacional, biodiversidade etc.), que, por sua vez, possuem um total de 69 indicadores

(COMMONWEALTH, 2010; 2012). Ou seja, os domínios visam reunir diversas dimensões dentro de uma apreciação comum e também autoentendível, porém seu uso não é estritamente necessário. A ideia de utilizar domínios serve mais para facilitar a identificação ou a comunicação daquilo que se deseja medir, do que por uma necessidade estritamente metodológica.

Entretanto, vale ressaltar que pode ser pequena a distância entre os conceitos de domínio e dimensão, de modo que ambos se confundem em algumas situações. Isto é compreensível, pois neste estudo se considera o domínio apenas como o agregado de várias dimensões. Por essa razão, alguns projetos podem chamar de domínio o que aqui se considera uma dimensão. É o caso do Canadá, que chama de domínio as oito dimensões que são representadas por 64 indicadores (CANADIAN, 2012), e também da Irlanda, que considera avaliar o progresso através de 10 domínios, subdivididos em 48 subdomínios, os quais são abrangidos por um total de 109 indicadores (IRELAND, 2012).

Os indicadores, por sua vez, representam algo que fornece uma pista para certa questão ou que torna perceptível um fenômeno que não seja imediatamente detectável. “The term 'indicator' traces back to the Latin verb *indicare*, meaning to disclose or point out, to announce or make publicly known, or to estimate or put a price on” (HAMMOND et al., 1995, p. 1). Em termos gerais, um indicador pode ser uma medida quantitativa ou qualitativa, derivada de uma série de fatos observados e que podem revelar posições relativas (OCDE, 2008). Assim, qualquer dimensão deve estar relacionada a um ou mais indicadores que a expliquem. Por exemplo, na Austrália a dimensão que chamam de Educação e Formação é explicada através de três indicadores selecionados (COMMONWEALTH, 2010; 2012).

Uma análise detalhada tratando sobre indicadores pode ser encontrada no trabalho de Van den Berghe e Consultancy (1997). Segundo estes autores, um indicador é entendido como um tipo específico de estatística, apesar de, às vezes, estes dois termos serem usados alternadamente. Entretanto, diferentemente de estatísticas neutras ou puramente descritivas, os indicadores normalmente são construídos para algum uso em particular. “There are thousands of statistics which could be provided about the actual performance of a car, but the dashboard provides only those which are useful (or even essential) to the driver” (ibid, p. 3). Ou seja, um indicador deve possuir uma finalidade. Outra característica é que os indicadores se destinam a facilitar comparações relevantes como mudanças ao longo do tempo, entre diferentes unidades e em relação a algum padrão ou valor de referência (ibid).

Outrossim, os indicadores podem ser compilados em um indicador composto, também chamado de índice. Um índice é capaz de medir um fenômeno ou conceito multidimensional que não seria captado por um único indicador (OCDE, 2008). Alguns projetos, como o do Canadá (CANADIAN, 2012) e o *Social Progress Index* (PORTER; STERN; LORÍA, 2013) além de apresentar os domínios, as dimensões e/ou indicadores, buscaram agregar os mesmos em torno de um índice. Neste caso, o objetivo do índice é fornecer uma visão global do progresso, e sua evolução ao longo do tempo, o que pode ser comparado com outros indicadores, como o PIB. Scrivens e Iasiello (2010) explicam que o uso de diversos indicadores pode ter menos impacto no debate público do que as abordagens que resumem as informações em um único número, como é o caso do IDH e da Pegada Ecológica. Os índices possuem mais poder comunicativo e podem ser ferramentas eficazes para a sensibilização e campanhas. Entretanto, a OCDE (2008) destaca que os índices podem simplificar questões e se basear em premissas e metodologia que nem sempre são transparentes para os usuários. Os índices são seletivos e comumente não fornecem informações em profundidade para análise política, tal qual o detalhamento que se obtém a partir de um conjunto de indicadores. No entanto, o uso transparente de índices de progresso talvez seja uma forma interessante de comunicar o público, quando utilizado em conjunto com as demais dimensões e indicadores.

Por fim, para construção de um *Framework* referente ao progresso, alguns elementos e problemáticas devem ser levados em conta. De acordo Hall et al. (2010), há elementos atinentes a ideia de progresso que parecem incontestáveis, ideias estas que também estão presentes em Stiglitz, Sen e Fitoussi (2009): primeiro, progresso é um conceito multidimensional, que engloba tanto os aspectos materiais quanto imateriais do bem-estar, em outras palavras, envolve as dimensões objetivas e subjetivas do bem-estar. Segundo, progresso é um conceito dinâmico, que trata sobre a mudança ao longo do tempo e que exige tanto olhar para o passado, quanto entrever os caminhos futuros. Em particular, a ênfase é colocada sobre o futuro quando se considera a sustentabilidade do atual nível de bem-estar ao longo dos anos, pois qualquer avaliação séria do bem-estar atual da sociedade deve prestar atenção para o que poderá acontecer no bem-estar futuro, dada as tendências atuais. Terceiro, o progresso se refere às experiências das pessoas, e o que eles valorizam como importantes para as suas vidas e a sociedade. Por outro lado, Hall et al. (2010) também afirma que há certas problemáticas relacionadas ao processo de construção do *Framework*. Embora a maioria das pessoas concorde que o progresso é multidimensional, existe opiniões diferentes sobre quais são essas dimensões e como identificá-las. Diferentes sociedades terão diferentes

visões sobre o que constitui o progresso devido à diversidade de condições, valores, linguagens de cada população. Isto leva a questões sobre que dimensões escolher, como serão operacionalizadas, qual a relação entre elas e como ponderá-las, que devem ser avaliadas ao construir o *framework*.

2.3 SÍNTESE

Esta seção de revisão bibliográfica foi dividida em duas subseções. Na primeira buscou-se averiguar quais as abordagens teóricas sobre bem-estar que mais se adaptam e se aproximam da visão de progresso na perspectiva em questão neste estudo. Três enfoques distintos foram estudados: a Economia Tradicional, a Economia da Felicidade e a Abordagem da Capacidade. Cada um destes oferece um meio bastante particular de compreender este tema. Na primeira teoria, o bem-estar está relacionada a uma visão utilitarista, sendo que fatores como renda e crescimento econômico são essenciais para a melhora do bem-estar. O segundo está relacionado a uma perspectiva subjetiva de avaliação social, que preza pela percepção do que o próprio indivíduo pondera como sendo bom para si, o que lhe proporciona felicidade e satisfação. Enquanto a Economia Tradicional avalia o bem-estar através de observações objetivas e das escolhas e preferências dos indivíduos, a Economia da Felicidade leva em conta a opinião dos indivíduos, quer dizer, a avaliação subjetiva que os indivíduos fazem de sua situação de vida. Por fim, a Abordagem das Capacidades é uma proposta teórica que avalia o bem-estar através do conceito de capacidades, que se referem às liberdades substantivas das pessoas, isto é, as oportunidades que elas têm de serem e fazerem aquilo que valorizam.

Na segunda subseção, três questões foram abordadas. Inicialmente foram apresentadas diversas iniciativas de mensuração e análise do estado da sociedade e concernentes ao bem-estar dos indivíduos, as quais representam meios de verificar como a sociedade progrediu, mesmo que restrito a determinados âmbitos. Porém, logo em seguida foram mostrados os novos estudos que visam avaliar o progresso através de uma perspectiva mais abrangente, envolvendo diversas dimensões e indicadores relativos ao bem-estar dos indivíduos. Também foram descritos e detalhados os projetos que serão utilizados como referência neste estudo e o porquê foram escolhidos. Por último, foram apresentados os meios de montar um *framework* para medir o progresso e que envolva um amplo número de dimensões, do mesmo modo que

os 14 projetos referenciais têm utilizado. Para montar este *framework*, certas particularidades e conceitos precisaram ser analisados, pois são importantes para entendimentos posteriores, neste trabalho.

Assim, através desta revisão teórica, foi possível oferecer um conjunto informacional histórico, teórico, conceitual e reflexivo que permeia o tema em estudo, fornecendo as bases para os próximos capítulos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para avaliação do progresso das nações, de acordo com a ótica estabelecida neste estudo, no qual o progresso é multidimensional e relativo ao bem-estar, fez-se necessário, em primeiro lugar, propor um conjunto de variáveis que represente o progresso. Diz-se *propor*, pois não há, até o presente momento, metodologia, modelos estatísticos ou medidas amplamente reconhecidas de aferição do progresso que poderiam ser usadas, bem como não há nenhum trabalho na América Latina que tenha este objetivo. Porém, seria possível buscar reproduzir algum estudo que já trabalhou com o tema em outro país ou conjunto de países, o que permitiria comparar os resultados deste com os obtidos naquele. Por outro lado, existem também estudos que fornecem as bases para o desenvolvimento de um quadro conceptual no qual sejam apresentados as diversas dimensões e indicadores que serviriam para representar o progresso, questões estas que foram discutidas no subcapítulo 2.2.3 *Um Framework para Medir o Progresso*. É esta a abordagem que foi utilizada neste trabalho, para isto foram seguidas duas etapas, a primeira para estruturar um *framework* para o progresso e a segunda para seleção dos indicadores e da base de dados que comporá a estrutura deste *framework*. Após isto, foi descrito o método que será utilizado para estimar o progresso e determinar um ranking dos países a partir dos indicadores e base de dados selecionados. Estas questões são detalhadas a seguir.

3.1 SELEÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DAS DIMENSÕES E INDICADORES

3.1.1 Seleção da Base Referencial

Para relacionar as dimensões e indicadores que servirão para estimar o progresso, é preciso montar um *framework*. O caminho escolhido para fazer isto é através de uma abordagem conceptual e exploratória, derivada de entendimentos sobre os elementos que compõem o progresso. A problemática enfrentada neste sentido é o fato de que existem opiniões diferentes sobre os vários elementos que compõe o progresso. Para resolver esta questão, buscou-se trabalhar com uma base referencial contendo 14 projetos de diferentes países e centros de pesquisa, os quais foram apresentados na Tabela 1, que está presente no subcapítulo 2.2.2 *Medidas Hodiernas de Progresso*, no qual também foram discutidos estes

projetos e justificado o motivo da escolha dos mesmos. Assim, visou-se uma base informacional suficientemente ampla, evitando-se ao máximo que o *framework* estivesse viesado em razão da escolha da base de dados. Por exemplo, se fosse escolhida apenas a base de dados do Butão (URA, 2012), a pesquisa seria tendenciosa a uma perspectiva de progresso que é inerente a cultura deste país asiático. Apesar disso, incluir o projeto do Butão junto com os demais fornece noções enriquecedoras a esta pesquisa. Por esta razão, escolheu-se 14 projetos, de modo que as informações contidas nestes fornecessem subsídios suficientes para a criação de um quadro referencial para medir o progresso.

3.1.2 Seleção dos Países

O próximo passo se refere à seleção dos países que compõem a análise do progresso. São 12 os selecionados, conforme já exposto, os quais são apresentados na Tabela 2 juntamente com alguns indicadores gerais para caracterização dos mesmos. A escolha destes países se deu por todos pertencerem a América Latina, região na qual este estudo se propoe a analisar. Porém, tiveram que ser excluídos todos os países da América Central, com exceção de apenas um representante – a Costa Rica –, além da Guiana, Guiana Francesa e Suriname, em razão da menor disponibilidade de indicadores para estes países.

Tabela 2 – Países selecionados

País	Área (mil km ²) ¹	População (mil) ²	PIB per capita (USD) ³	IDH ⁴
Argentina	2.780	41.087	10.994	0,811
Bolívia	1.099	10.496	2.374	0,675
Brasil	8.515	198.656	12.594	0,730
Chile	756	17.465	14.395	0,819
Colômbia	1.139	47.704	7.100	0,719
Costa Rica	51	4.805	8.676	0,773
Equador	284	15.492	4.526	0,724
México	1.964	120.847	10.063	0,775
Paraguai	407	6.687	3.485	0,669
Peru	1.285	29.988	6.138	0,741
Uruguai	176	3.395	13.819	0,792
Venezuela	912	29.955	10.731	0,748

Fontes: ¹ Factbook; ² World Bank para ano de 2012; ³ UNSTATS para ano de 2011; ⁴ UNDP para ano de 2012.

3.1.3 Delineamento das Dimensões e Indicadores

Elencados então os 14 projetos que fornecem a base do *framework*, averiguou-se as dimensões e indicadores que cada um destes possui, em seguida foi feita a tradução dos mesmos para o português, pois toda a literatura consta em inglês. No Apêndice B (CD-ROM) é apresentada a relação completa dos projetos, com suas respectivas dimensões e indicadores. Por exemplo, neste apêndice será possível ver que o projeto da África do Sul possui seis Dimensões, dentro das quais há 25 indicadores escritos no original, em inglês, e também a tradução feita pelo autor para o português.

Feito este primeiro processo, o próximo passo é elencar e encadear os indicadores de todos os projetos a uma base única, de acordo com dimensões em comum a cada grupo de indicador. Ocorre que cada projeto nomeava suas dimensões de acordo com suas particularidades, às vezes sendo bastante específicos outras vezes mais abrangentes. Por exemplo, a Austrália possui uma dimensão chamada *Família, comunidade e coesão social*, o Canadá tem uma nomeada *Vitalidade Comunitária*, a Nova Zelândia possui *Conexão social e governança* e a OCDE tem outra com o nome de *Conexões sociais*. Outro exemplo é o Gallup, que possui três dimensões relacionadas à saúde, são elas *Saúde Emocional*, *Saúde Física* e *Comportamentos Saudáveis*. Em síntese, havia uma multiplicidade de dimensões, descritas de forma diferentes, com seus respectivos indicadores. Para resolver esta questão, os 689 indicadores – número bruto, pois constam indicadores repetidos em diferentes projetos – dos 14 projetos foram avaliados um a um, e separados por dimensões nomeadas pelo autor. Esta nomeação se deu pelos critérios de que as dimensões devem ser definidas com clareza suficiente para evitar ambiguidade (Hall et al., 2010) e serem autoevidentes, na medida em que são potencialmente reconhecíveis por qualquer pessoa (Alkire, 2002). O resumo dos resultados é apresentado na Tabela 3.

Tabela 3 – Framework inicial para medir o progresso

Domínios	Dimensões	%*	Domínios	Dimensões	%*
Demográfica	Dados demográficos	29		Expectativa de vida	79
	Satisfação de vida autorreportada	50		Mortalidade	57
Felicidade	Emoções positivas e negativas	21		Saúde reportada	43
	Outros	14		Hábitos saudáveis	50
Economia	Produto e renda nacionais	57	Saúde	Saúdes-doenças fisiológicas	57
	Contas nacionais	36		Saúdes-doenças mentais	50
	Dívida pública	36		Acesso a medicamentos/vacinas	29
	Gasto público	29		Acesso a serviços de saúde	7
	Balanço de pagamentos	21		Qualidade sistema de saúde	17
	Índices de preço	14		Qtde. profissionais da saúde	7
	Pobreza	43		Gasto público com saúde	14
	Produtividade e competitividade	29		Fatores ambientais	21
	Outros	36		Uso do tempo	14
	Emprego	Taxa de (des)emprego		79	Segurança
Satisfação		36	Crimes contra a propriedade	21	
Qualidade no emprego		21	Sentimento de segurança	50	
Tempo de trabalho e deslocamento		21	Criminalidade percebida	29	
Salários		29	Outros	57	
Habitação	Custos habitacionais	43	Governança	Desempenho do governo	50
	Acessibilidade	50		Outros	21
	Infraestrutura básica	29	Democracia e Cidadania	Interesse e participação política	57
	Satisfação	14		Liberdade	29
Educação	Alfabetização	29	Finanças Familiares	Imigração	14
	Educação infantil	29		Outros	7
	Nível de escolaridade	64	Finanças Familiares	Renda	36
	Avaliação de competência	64		Patrimônio	29
	Gasto público com educação	29	Finanças Familiares	Satisfação	21
	Frequência escolar	36		Necessidades básicas	7
	Pesquisa, inovação e tecnologia	36	Família, Comunidade e Amigos	Relações familiares	29
	Alunos por professor	21		Relações comunitárias	50
Cultura e Lazer	Língua nativa	21	Meio Ambiente	Voluntariado	64
	Artes	29		Biodiversidade	43
	Cultura	21		Terra	43
	Lazer	21		Água	64
Equidade e inclusão	Satisfação	14	Meio Ambiente	Atmosfera	71
	Mulheres	71		Resíduos	36
	Etnias	21		Energia	50
	Homossexuais	7		Transportes	21

Nota: * Refere-se ao percentual de projetos que possuíam indicadores relativos a esta dimensão.

Para fazer esta especificação, os indicadores em português de cada um dos projetos foram separados e relacionados um a um de acordo com dimensões que possuíam em comum. Por exemplo, o indicador taxa de desemprego estava presente na maioria dos projetos, sendo que além deste indicador, havia outros como taxa de desemprego de jovens, taxa de desemprego de longa duração, taxa de subemprego e taxa de emprego. Assim, estes diversos indicadores foram concatenados em uma dimensão nomeada de *Taxa de (des)emprego*, sendo que está fazia parte do domínio *Emprego*. Este domínio, por sua vez, possuía outras quatro dimensões: *Satisfação*, *Qualidade no emprego*, *Tempo de trabalho e deslocamento* e *Salários*, cada uma delas com diversos indicadores relacionados.

Depois de concluído o trabalho com os 689 indicadores, verificou-se que estes estavam relacionados a 76 dimensões, sendo que estas pertenciam a 15 domínios. Ou seja, as 155 dimensões anteriormente presente nos 12 projetos foram reduzidas para 76. Além disto, destas 76 dimensões, cinco delas foram chamadas de *Outros*, pois continham alguns indicadores que pertenciam ao domínio em questão, mas que eram demais específicas para serem relacionados em uma dimensão. Uma averiguação particularizada deste trabalho pode ser conferida no Apêndice C (CD-ROM).

Feito isto, faltava uma análise de quais as dimensões deveriam ser mantidas e quais removidas deste quadro conceptual. Para isto, foram empregadas as seguintes premissas: as dimensões devem representar fins humanos, ao invés de meios, serem reconhecidas como intrinsecamente valiosas por diferentes sociedades; ser definidas com clareza suficiente para evitar ambiguidade; obedecer a condição *ceteris paribus*; bem como serem autoevidentes, incomensuráveis, irreduzíveis e não hierárquicas (HALL et al., 2010; ALKIRE, 2002). Além disto, foi retirado todo o domínio *Cultura e Lazer* em razão da dificuldade ainda existente de obterem-se dados a respeito para diferentes países. Como resultado, o *framework* passou a contar com 13 domínios e 52 dimensões, conforme consta na Tabela 4.

Tabela 4 – Framework final para medir o progresso

Domínios	Dimensões	%*	Domínios	Dimensões	%*
Felicidade	Satisfação de vida autorreportada	50		Expectativa de vida	79
	Produto e renda nacionais	57		Mortalidade	57
Economia	Índices de preço	14		Saúde reportada	43
	Pobreza	43		Hábitos saudáveis	50
	Produtividade e competitividade	29	Saúde	Saúdes-doenças fisiológicas	57
	Taxa de (des)emprego	79		Saúdes-doenças mentais	50
	Satisfação	26		Acesso a medicamentos e vacinas	29
Emprego	Qualidade no emprego	21		Acesso a serviços de saúde	7
	Tempo de trabalho e deslocamento	21		Qualidade sistema de saúde	14
	Salários	29		Qtde. profissionais da saúde	7
	Custos habitacionais	43	Democracia e Cidadania	Interesse e participação política	57
Habitação	Acessibilidade	50		Liberdade	29
		Infraestrutura básica	29		Renda
	Alfabetização	29	Finanças Familiares	Patrimônio	29
	Educação infantil	29		Satisfação	21
Educação	Nível de escolaridade	64		Necessidades básicas	7
	Avaliação de competência	64	Família, Comunidade e Amigos	Relações familiares	29
	Frequência escolar	36		Relações comunitárias	50
	Pesquisa, inovação e tecnologia	36		Voluntariado	64
Equidade e inclusão	Mulheres	71		Biodiversidade	43
	Etnias	21		Terra	43
Segurança	Crimes contra a pessoa	71	Meio Ambiente	Água	64
	Crimes contra a propriedade	21		Atmosfera	71
	Sentimento de segurança	50		Resíduos	36
	Criminalidade percebida	29		Energia	50
Governança	Desempenho do governo	50		Transportes	21

Nota: * Refere-se ao percentual de projetos que possuíam indicadores relativos a esta dimensão.

Com esta etapa, conclui-se também a formatação do *framework* para medir o progresso. Isto quer dizer que está pronta uma estrutura básica para representar e ilustrar, de modo confiável, as diversas dimensões concernentes ao progresso das nações, podendo ser utilizada então para os países selecionados nesta pesquisa. Os próximos passos são o de triagem dos indicadores e da base de dados, tendo por baluarte o *framework* criado, e a especificação dos métodos e modelos matemáticos que serão usados para estimar o progresso dos diversos países, o que é feito a seguir.

3.2 COMPOSIÇÃO DOS INDICADORES EM UM RANKING DE PROGRESSO

A etapa de triagem dos indicadores e da base de dados é feita ao seguir o caminho inverso do que foi feito até este momento. Isto é, nas etapas anteriores foram estruturados os domínios e dimensões que formaram o *framework*, agora será usado este mesmo *framework* para escolher os indicadores específicos para este estudo, e que possuam base de dados para a América do Sul, Costa Rica e México.

Para isto, foram pesquisados, nas bases de dados de diferentes instituições⁹, alternativas de indicadores de acordo com a cobertura geográfica, a atratividade teórica tendo por referência o *framework* criado, a disponibilidade dos dados em dois períodos diferentes de no mínimo quatro anos e que fossem medidos pela mesma organização para todos os países da amostra. A cobertura geográfica foi uma limitação fundamental. Isto significa que indicadores de qualidade foram excluídos, porque só cobriam um subconjunto de países. Por exemplo, em Educação, foram avaliados indicadores de quatro diferentes instituições que mediam competências educacionais de alunos, um deles é o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (sigla em inglês: PISA), da OCDE, mas que não pode ser utilizado por não cobrir todos os países. Outra limitação encontrada refere-se ao período de análise, pois alguns indicadores estavam disponíveis em apenas uma data, ou havia disparidade entre as datas disponíveis para diferentes países.

Deste modo, a avaliação do progresso incluiu todos os indicadores válidos e disponíveis que estivessem conceptualmente ligadas às dimensões e domínios. Não será possível, em razão disso, fornecer uma pesquisa que apanhe todas as dimensões de progresso que o *framework* contempla. Por outro lado, este estudo permitirá avaliar a maioria das dimensões e abranger todos os 13 domínios selecionados. Além disso, fornece contribuição para futuros trabalhos, que poderão utilizar-se do *framework* aqui criado, de modo a incluir mais indicadores para complementar a avaliação do progresso de modo mais abrangente.

Portanto, foram elencados 50 indicadores que estivessem de acordo com o *framework*, os quais são apresentados na Tabela 5, sendo que nesta está mostrando também o domínio a

⁹ As bases de dados consultadas são as seguintes: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Economist Intelligence Unit (EIU), Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO), Fundo Monetário Internacional (FMI), International Labour Organization (ILO), Latinobarometro, UNData, United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC), United Nations Statistics Division (UNSTATS), World DataBank, World Health Organization (WHO) e World Wildlife Fund (WWF).

que pertencem. A relação completa, na qual constam ainda as dimensão e a descrição completa dos indicadores pode ser conferida no Apêndice D (CD-ROM).

Tabela 5 – Indicadores selecionados

Domínios	Indicadores - descrição resumida	Fonte	Período
Felicidade	1 Índice de Felicidade	CEPAL	2002; 2007
	2 PIB per capita	UNSTATS	2005; 2010
Economia	3 Inflação	FMI	2005; 2010
	4 Pop. vivendo com até USD 1,25/dia	World Bank	2000-1; 2006
	5 Pop. vivendo com até USD 2,00/dia	World Bank	2000-1; 2006
Emprego	6 Desempregados	World Bank	2005; 2009
	7 Trabalhadores assalariados	World Bank	2003; 2008
	8 Preocupação em perder o emprego	CEPAL	2005; 2010
	9 Empregados trabalhando mais de 50h/semana	ILO	2004; 2009
Habitação	10 Salário mínimo	ILO / CEPAL	2005; 2010
	11 Famílias com casa própria	CEPAL	2006-8; 2009-11
	12 Acesso a saneamento básico	World Bank	2002; 2007
	13 Acesso à água potável	World Bank	2002; 2007
Educação	14 Acesso à eletricidade	World Bank	2000; 2010
	15 População sem educação	World Bank	2005; 2010
	16 Pop. com ensino fundamental	World Bank	2005; 2010
	17 Pop. com ensino médio	World Bank	2005; 2010
	18 Pop. com ensino superior	World Bank	2005; 2010
	19 Pedidos de patente	World Bank	2004; 2009
Equidade e inclusão	20 Computadores pessoais per capita	World Bank	2005; 2010
	21 Mulheres parlamentares	World Bank	2005; 2010
	22 Prop. salário entre mulheres e homens	CEPAL	2003-4; 2008-9
Segurança	23 Preconceito racial	CEPAL	2004; 2006
	24 Taxa de homicídios	UNODC	2005; 2009
Governança	25 Vítima de delito	CEPAL	2005; 2009
	26 Percepção qualidade dos serviços públicos	World Bank	2005; 2009
Saúde	27 Percepção da corrupção	CEPAL	2005; 2009
	28 Expectativa de vida ao nascer	World Bank	2005; 2010
	29 Taxa de mortalidade materna	World Bank	2005; 2010
	30 Taxa de mortalidade de infantil	World Bank	2005; 2010
	31 Percepção quanto ao estado de saúde	Latinobarometro	2001; 2007
	32 População com HIV	World Bank	2005; 2010
	33 Desnutrição da população	World Bank	2005; 2010
	34 Incidência de tuberculose	World Bank	2005; 2010
	35 Crianças vacinadas	World Bank	2004; 2009
	36 Percepção quanto ao acesso a cuidados de saúde	Latinobarometro	1997; 2006
Democracia e Cidadania	37 Percepção qualidade dos hospitais públicos	Latinobarometro	2000; 2006
	38 Interesse em política	Latinobarometro	2005; 2010
	39 Votos nas eleições parlamentares	CEPAL	1997-00; 2004-8
Finanças Familiares	40 Participar dos cidadão nas escolha do governo	World Bank	2005; 2010
	41 Situação econômica familiar	Latinobarometro	2005; 2010
Fam, Com e Amigos	42 Famílias com refrig., comput. ou máq. de lavar	Latinobarometro	2005; 2010
	43 Falta de dinheiro para comida	Latinobarometro	2007; 2010
Meio Ambiente	44 Confiança interpessoal	CEPAL	2005; 2010
	45 Pegada Ecológica	WWF	2003; 2008
	46 Desmatamento	FAO	2005; 2010
	47 Emissões dióxido de carbono	World Bank	2004; 2009
	48 Concentração de material particulado	World Bank	2005; 2010
	49 Geração energia renovável	World Bank	2005; 2010
	50 Energia renovável consumida	World Bank	2005; 2010

Selecionados os indicadores, um problema que surge refere-se ao peso que cada indicador, dimensão e/ou cada domínio tem para medir o progresso da sociedade. Isto também pode ser apresentado em termos monetários, de modo que uma questão relevante seria saber qual o custo da degradação do meio ambiente para as gerações futuras, valor este que poderia ser descontado do PIB para uma ideia mais acertada de crescimento econômico sustentável. Porém, com exceção da África do Sul (SOUTH AFRICAN, 2013), todos os demais projetos usados como subsídio para este estudo não atribuem peso a (grupos de) indicadores, isto é, eram apenas apresentados os resultados dos indicadores. Seguiu-se a mesma estrutura neste trabalho, pois se cada indicador fosse ponderado de uma forma específica, estar-se-ia fazendo um julgamento de valor, o que não é possível sem estruturar uma pesquisa especificamente para isto, algo que está além dos objetivos deste trabalho.

3.3 NORMALIZAÇÃO DOS DADOS

Como foram selecionados indicadores que possuem diferentes grandezas, os quais deverão ser agregados para poder fornecer uma avaliação integrada do progresso, fez-se necessário o uso de normalização de dados. Para isto, foram avaliados nove métodos diferentes contido no relatório da OCDE (2008). Destes, optou-se pelo chamado *escore-z*¹⁰, pois se adaptou ao estudo proposto ao converter todos os indicadores para uma escala com média zero e desvio padrão um, o que fornece a distância relativa entre os países para cada indicador através de uma grandeza numérica única. Este método é calculado através das equações contidas em (1), e fornece o resultado para o período inicial (t_0) e final (t_1). Pode se observar que em (1) tem-se a inversão do sinal para indicadores cuja ampliação da magnitude representava uma piora da sociedade, denominados de *ruins*, como o caso da poluição, por exemplo. Já no caso dos indicadores ditos *bons* é que valores maiores significam uma melhora:

¹⁰ Além do método *escore-z*, foram também avaliados os seguintes: ranking, mínimo e máximo, distância em relação a uma medida de referência, escala categórica, indicadores acima e abaixo da média, método de indicadores cíclicos, balanço de opiniões e, percentagem das diferenças anuais para anos consecutivos.

$$z = \begin{cases} \text{se } t = 0, I = \text{"bom"}, \text{ então } & I_{ij}^{t_0} = \frac{X_{qc}^{t_0} - X_{qc=\bar{c}}^{t_0}}{\sigma_{qc=\bar{c}}^{t_0}} + [-\min_{ij}(I^{t_{0,1}})] \\ \text{se } t = 1, I = \text{"bom"}, \text{ então } & I_{ij}^{t_1} = \frac{X_{qc}^{t_1} - X_{qc=\bar{c}}^{t_0}}{\sigma_{qc=\bar{c}}^{t_0}} + [-\min_{ij}(I^{t_{0,1}})] \\ \text{se } t = 0, I = \text{"ruim"}, \text{ então } & I_{ij}^{t_0} = -\left(\frac{X_{qc}^{t_0} - X_{qc=\bar{c}}^{t_0}}{\sigma_{qc=\bar{c}}^{t_0}}\right) + [-\min_{ij}(I^{t_{0,1}})] \\ \text{se } t = 1, I = \text{"ruim"}, \text{ então } & I_{ij}^{t_1} = -\left(\frac{X_{qc}^{t_1} - X_{qc=\bar{c}}^{t_0}}{\sigma_{qc=\bar{c}}^{t_0}}\right) + [-\min_{ij}(I^{t_{0,1}})] \end{cases} \quad (1)$$

Onde:

X_{ij}^t representa o valor do indicador i do país j no período t .

$X_{ij=\bar{j}}^t$ fornece a média de todos os países, sem contabilizar no cálculo os maiores e menores valores. Esta opção segue sugestão da OCDE (2008), e visa evitar que um grande desvio da média seja compensado por um grande número de pequenos desvios da média.

$\sigma_{ij=\bar{j}}^t$ fornece o desvio padrão entre os países, mas sem contabilizar no cálculo os maiores e menores valores, idem descrição anterior.

$\min_{ij}(I^{t_{0,1}})$ é o menor valor encontrado entre todos os indicadores normalizados I tanto no período inicial (t_0) quanto no final (t_1). Este valor é incluído na equação para que não haja nenhum indicador com valor negativo.

Além disso, conforme é possível observar nas equações contidas em (1), o valor do indicador I no período final (t_1) é calculado utilizando a média e o desvio padrão do período inicial (t_0). O motivo disto é permitir avaliar o progresso dos países a partir de um ponto de referência, de modo a fornecer a variação do progresso ao longo do tempo. Caso contrário, não seria possível comparar dois períodos diferentes.

3.4 MÉTODO ESTRUTURAL-DIFERENCIAL E A ANÁLISE DA DINÂMICA DOS COMPONENTES DO RANKING DE PROGRESSO OBTIDO

Para avaliar o progresso dos países selecionados, escolheu-se usar o método estrutural-diferencial (em inglês, *shift-share*). O motivo disto é que este método possibilita avaliar as desigualdades e fazer comparações entre os padrões de progresso dos diferentes países. Com

isto, também é possível encontrar quais indicadores que podem ser modificadas para diminuir as desigualdades (LODDER, 1972). Outra vantagem é que esta técnica é conceitualmente correta e computacionalmente fácil (KLOSTERMAN, 1990). Além disso, a forma de apresentação dos resultados possibilitará a análise e comparação entre diferentes indicadores, dimensões e países. Igualmente permitirá que o leitor possa avaliar separadamente cada dimensão, detendo-se naquelas que atribui maior importância.

Embora existam duas limitações relevantes no método estrutural-diferencial, que são a impossibilidade de fazer previsões e à inexistência de relações de causa e efeito (LODDER, 1972), para este trabalho estas limitações não são relevantes, pois não se pretende fazer uso de previsões e tão pouco estabelecer determinantes da dinâmica do crescimento. O que se busca neste trabalho é definir o progresso e comparar o desempenho dos países e, para isso, este método apresenta a vantagem de decompor essa dinâmica para cada indicador e para cada país.

Ou seja, o método estrutural-diferencial é comumente utilizado para decompor o desenvolvimento de uma região através de dois fatores: um interno, relativo às suas vantagens locais, outro externo, que leva em conta seu dinamismo. Por exemplo, se a variável emprego é utilizada como *proxy* do desenvolvimento, a decomposição dos fatores é feita ao “medir comparativamente a taxa de crescimento da região com o setor em nível nacional e desse setor com a taxa de crescimento do emprego total da economia” (ALVES, 1998). Todavia, para o estudo proposto, o método estrutural-diferencial será usado com o fim específico de identificar quais são os países da América do Sul, Costa Rica e México que apresentam maior progresso absoluto e quais são os mais dinâmicos. Porém, importa observar que este método não tem por objetivo avaliar a competição entre os países, mas sim como meio de apresentação e interpretação dos resultados.

Para este fim serão construídas duas matrizes que contenham informações sobre o progresso – constituído através dos indicadores e das dimensões selecionadas – de cada país para o ano inicial (t_0) e final (t_1) do período analisado. Cada matriz é dada através da Tabela 6.

Tabela 6 – Matriz de informações

Indicadores	Países						Σ_r
	R_1	R_2	...	R_j	...	R_k	
I_1	P_{11}	P_{12}	...	P_{1j}	...	P_{1k}	P_{1n}
I_2	P_{21}	P_{22}	...	P_{2j}	...	P_{2k}	P_{2n}
...
I_i	P_{i1}	P_{i2}	...	P_{ij}	...	P_{ik}	P_{in}
...
I_h	P_{h1}	P_{h2}	...	P_{hj}	...	P_{hk}	P_{hn}
Σ_i	P_{r1}	P_{r2}	...	P_{rj}	...	P_{rk}	P_n

Onde:

I_i – representa o indicador i .

R_j – representa o país j .

P_{ij} – é o progresso do indicador i países j .

P_{in} – é o progresso total do indicador i .

P_{rj} – é o progresso total do país j .

P_n – é o progresso total nos países selecionados.

i – indicador $i \in I: [1, 50]$.

j – países pertencentes à América do Sul, Costa Rica e México, de tal forma que $j \in I: [1, 12]$.

A matriz do ano inicial (t_0) e do ano final (t_1) é composta com informações dos indicadores relativas aos anos conforme apresentado na Tabela 5, coluna *Período*.

Tendo por base esta matriz, formulou-se a relação existente entre o as variações do progresso de um país para com todos os demais pertencentes a amostra e as de determinado indicador em comparação com o progresso total. As variações observadas nos indicadores a partir do método estrutural-diferencial são assim definidas:

a. Variação real do progresso

Representa a variação real do progresso do indicador i no país j para o período analisado:

$$\Delta P_{ij} = P_{ij}^t - P_{ij}^0 \quad (2)$$

P_{ij}^t – é o progresso do final do período;

P_{ij}^0 – é o progresso do início do período.

De tal modo que o aumento do progresso (p_{ij}) do indicador i no país j é dado por:

$$e_{ij} = P_{ij}^t / P_{ij}^0 \quad (3)$$

Da mesma forma, para o progresso *agregado* dos países e indicadores, tem-se:

e – representando a taxa de crescimento do progresso total em nível regional;

e_{in} – representando a taxa de crescimento do progresso do indicador i de todos países;

e_{ij} – representando a taxa de crescimento do progresso total do país j .

b. Variação teórica do progresso

Refere-se à variação que o progresso teria se o país j tivesse crescido à taxa e :

$$\Delta_t P_{ij} = P_{ij}^0 (e - 1) \quad (4)$$

c. Variação estrutural do progresso

Demonstra a diferença entre o crescimento do progresso real do indicador i para todos os países e o progresso geral do país:

$$\Delta_e P_{ij} = P_{ij}^0 (e_{in} - e) \quad (5)$$

d. Variação diferencial do progresso

Representa a diferença do crescimento entre o progresso do indicador i em todos os países e o progresso do indicador i no país j :

$$\Delta_d P_{ij} = P_{ij}^0 (e_{ij} - e_{in}) \quad (6)$$

e. Variação líquida do progresso

Demonstra que o efeito líquido ($\Delta P_{ij} - \Delta_t P_{ij}$) é igual à soma dos efeitos estrutural e diferencial em relação ao indicador i do país j , o que explica a diferença de crescimento do progresso do indicador i do país j em relação ao progresso apresentado por todos os países:

$$\Delta P_{ij} - \Delta_t P_{ij} = \Delta_e P_{ij} + \Delta_d P_{ij} \quad (7)$$

O efeito líquido total (PT_j) do país j é encontrado somando-se o efeito líquido de cada indicador, o que proporciona:

$$\sum_i (\Delta P_{ij} - \Delta_t P_{ij}) = \sum_i (\Delta_e P_{ij}) + \sum_i (\Delta_d P_{ij}) \quad (8)$$

Logo, PT_j evidencia o dinamismo do país j em relação à média geral (de todos os países). Assim, um $PT_j > 0$ significa que o país j cresceu acima da média, sendo que o crescimento é menor do que a média quando $PT_j < 0$.

Se o efeito estrutural for positivo [$P_{ij}^0 (e_{in} - e) > 0$], isso quer dizer que o indicador i é dinâmico em relação aos demais países, de modo que o país j tem seu dinamismo impulsionado devido a isto. Ocorre o oposto se o efeito estrutural for negativo.

Se o efeito diferencial for positivo [$P_{ij}^0 (e_{ij} - e_{in}) > 0$] então o país j apresenta vantagens locacionais em relação ao indicador i , e desvantagens locacionais caso contrário.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Após a construção dos domínios, dimensões e indicadores e da obtenção dos dados, procedeu-se, conforme descrito no capítulo de metodologia, a normalização dos dados e aplicou-se sobre estes o método estrutural-diferencial. Para uma melhor compreensão dos resultados segmentou-se a análise dos resultados em avaliação da dinâmica dos indicadores, da competitividade relativa de cada país e, por fim, discute-se o ranking de cada país.

4.1 ANÁLISE DA DINÂMICA DAS DIMENSÕES E INDICADORES DE PROGRESSO

Ao analisar a variação estrutural do progresso dos 50 indicadores utilizados para avaliação dos 12 países selecionados, verificou-se qual o crescimento real de cada indicador para todos os países em relação ao progresso real gerado. Através desta medida é possível compreender quais são os indicadores que mais contribuíram para o aumento do progresso dos países, como um todo, e quais os que menos contribuíram ou mesmo tiveram retrocesso. No Gráfico 1 é apresentado o efeito estrutural médio entre os 12 países, no qual é possível verificar que 29 indicadores obtiveram um valor médio negativo e 21 obtiveram uma média positiva. Destes, destacam-se alguns que obtiveram os melhores e piores resultados, sendo que são avaliados aqueles que obtiveram uma variação de 1 desvio padrão acima ou abaixo da média.

Em relação aos piores indicadores, estão o percentual de crianças vacinadas, com resultado médio de - 0,98, e pegada ecológica, com - 3,22. O primeiro indicador refere-se a taxa de imunização de crianças até dois anos contra sarampo, difteria, coqueluche, tétano, poliomielite e tuberculose. A maioria dos países apresentam taxas de vacinação acima dos 90%, com pequenas variações no período. Porém, Costa Rica, México e Paraguai obtiveram um regresso médio de 11 pontos percentuais no período em relação à taxa de crianças vacinadas, o que causou o efeito estrutural negativo. A pegada ecológica, por sua vez, procura demonstrar a quantidade de recursos necessários para sustentar os padrões de consumo, e foi este o indicador que mais influenciou de forma negativa o progresso, devido ao incremento do mesmo, quando o desejado é a redução. Todos os países pioraram sua situação, com ênfase no Uruguai, que teve o maior índice no período final (5,08), seguido pelo Chile (3,24).

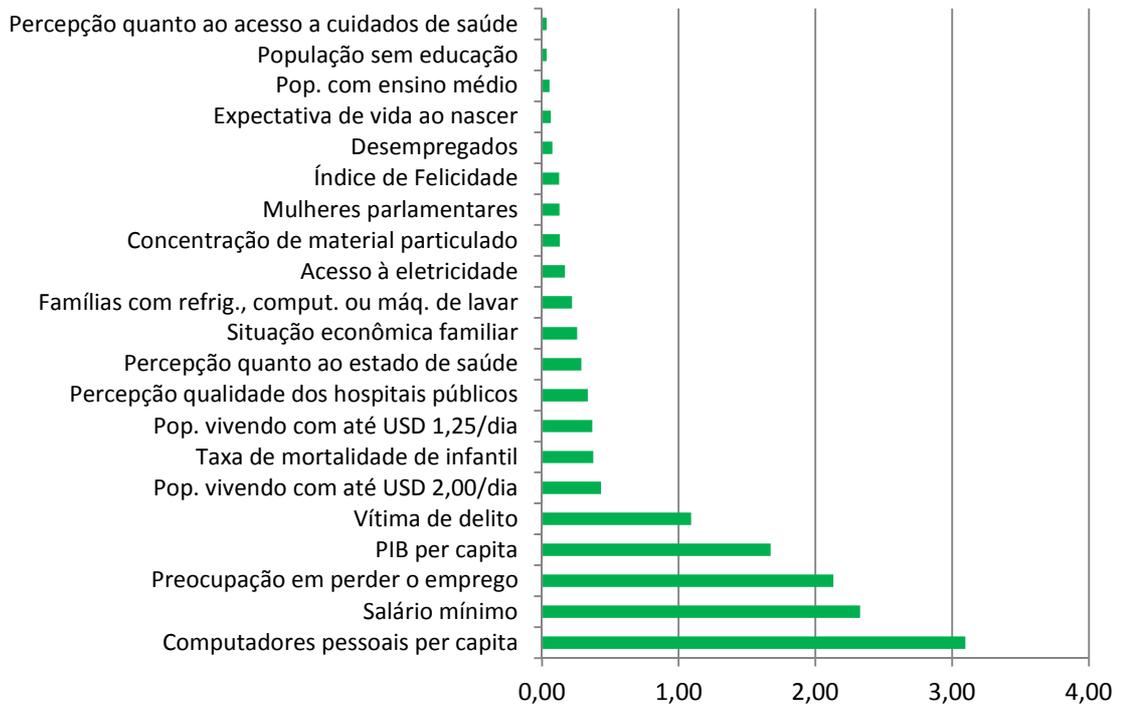


Gráfico 1 – Efeito Estrutural por Indicador

Já em relação aos melhores indicadores, há cinco em destaque, são eles: em primeiro lugar, o aumento do número de pessoas com acesso a computadores, em seguida, a melhora no salário mínimo nominal, medido em dólares; em terceiro lugar, a redução da preocupação de perder o emprego; após este o aumento do PIB per capita e; em quinto, a redução do número de pessoas que afirma ter sido vítima de delitos. É interessante notar a melhora no bem-estar proporcionado através destes indicadores, sendo possível realçar o fato de indicadores relativos a qualidade no emprego e a segurança terem melhorados, os quais impactam também na qualidade de vida dos indivíduos. Apesar disso, ainda são consideráveis o percentual de pessoas que se dizem vítimas de crime (30% na média para todos os países) e daquelas que se preocupam com a possibilidade de perder o emprego (60% em média).

Além disso, é possível fazer a média dos valores de todos os indicadores que pertencem à mesma dimensão, de modo a avaliar quais destas que mais ou menos contribuíram para o progresso, o que está apresentado no Gráfico 2. Neste sentido, vale ressaltar o fato de que meio ambiente possui o pior índice (-0,88), enquanto que economia e emprego são as dimensões melhores colocadas (0,54 e 0,83 respectivamente). Assim, melhorar as variáveis que estão relacionadas ao meio ambiente, em vista de um crescimento sustentável, é um dos meios para busca um maior progresso dos países.

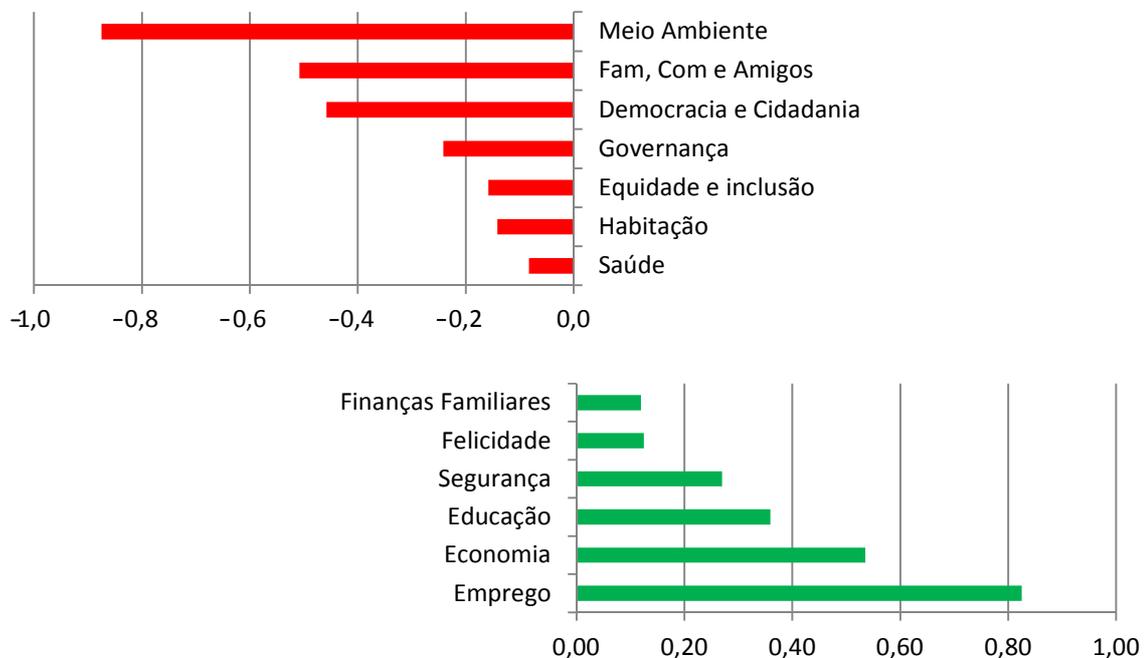


Gráfico 2 – Efeito Estrutural por Dimensão

4.2 ANÁLISE DA COMPETITIVIDADE RELATIVA DOS PAÍSES NA EVOLUÇÃO DO PROGRESSO

A variação do progresso entre os dois períodos analisados pode ser também avaliada através do efeito diferencial encontrado para cada indicador. O resultado apresentado por este cálculo demonstra quais indicadores estão em vantagem em determinado país comparativamente aos demais. Ou seja, esta análise, para um país, é relativizada em relação aos valores obtidos por todos os outros. Por exemplo, se a taxa de homicídios manteve-se estável no Brasil, enquanto nos outros países a taxa aumentou, isto significa que este será um indicador com efeito diferencial positivo para o Brasil e com valor maior que dos demais, mesmo que o ideal seja sempre uma redução do número de homicídios em vistas de uma sociedade cada vez melhor.

Ao comparar a soma do efeito diferencial de todos indicadores para cada um dos países, é possível avaliar quais aqueles que tiveram efeito positivo e os que tiveram efeito negativo, ou seja, quais países mais e menos progrediram, além de ser possível compreender quais os indicadores foram mais significativos para o resultado encontrado.

Tabela 7 – Efeito Diferencial por País e Principais Indicadores Negativos

País	Efeito Diferencial		Indicadores
	Total	Por Ind.	
México	-23,2	-5,44	Situação econômica familiar
		-3,09	Interesse em política
		-2,91	Crianças vacinadas
		-2,23	Salário mínimo
		-2,19	Percepção quanto ao estado de saúde
Chile	-11,8	-3,31	Preocupação em perder o emprego
		-2,10	Computadores pessoais per capita
		-1,22	Desempregados
		-1,01	Percepção qualidade dos hospitais públicos
		-0,89	Taxa de mortalidade de infantil
Paraguai	-10,6	-5,04	Vítima de delito
		-2,78	Crianças vacinadas
		-1,64	Desnutrição da população
		-1,08	Prop. salário entre mulheres e homens
Costa Rica	-7,13	-1,00	Pop. vivendo com até USD 2,00/dia
		-2,44	Vítima de delito
		-1,78	Percepção qualidade dos hospitais públicos
		-1,50	Crianças vacinadas
		-1,36	Computadores pessoais per capita
		-1,25	Votos nas eleições parlamentares

Em relação aos países que obtiveram valor negativo, encontram-se 4, ordenados do pior para o melhor resultado obtido: México, Chile, Paraguai e Costa Rica, conforme apresentados na Tabela 7. O México obteve o pior resultado, com -23,2, o que é praticamente o dobro do Chile (-11,8) e do Paraguai (-10,6) e o triplo da Costa Rica (-7,13). Os indicadores que mais contribuíram para este efeito foram a piora da situação econômica familiar no México (-5,44), a preocupação em perder o emprego no Chile (-3,31) e o número de vítimas de delito no Paraguai (-5,04) e na Costa Rica (-2,44).

Já em relação, aos que obtiveram resultados positivos, encontram-se os seguintes: Brasil, Equador, Peru, Argentina, Bolívia, Uruguai, Colômbia e Venezuela, desta vez ordenados dos que obtiveram melhor resultado até o pior, conforme apresentado na Tabela 8. Destaca-se o Brasil, em primeiro lugar, como o país que obteve maiores vantagens locais no período, com resultado obtido de 15,3. E por último encontra-se a Venezuela, com resultado de 0,03. É interessante destacar alguns indicadores para alguns destes países, os quais possuem características que aparentam estarem relacionadas com a situação política, institucional, econômica, social por que perpassam estes países. Porém, tais questões serão apenas descritas, pois podem servir como sugestões para outras pesquisas, já que uma análise aprofundada a respeito não é objeto deste estudo:

No Brasil, três dos cinco melhores indicadores estão relacionados a situação econômica, são eles: salário mínimo (1,84), situação econômica familiar (1,74) e PIB per capita (1,43). No Equador, os três melhores são concernentes a redução da pobreza: situação econômica familiar (3,22), população vivendo com até USD 2,00/dia (2,14) e com até USD 1,25/dia (1,84). No Peru, os dois melhores são relativos ao emprego: preocupação em perder o emprego (2,50) e desempregados (1,73). Na Bolívia, os quatro primeiros indicadores estão relacionados a melhora de questões básicas de saúde: taxa de mortalidade de infantil (1,80), taxa de mortalidade materna (1,71), falta de dinheiro para comida (1,14) e população com HIV (1,09). Último país a ser destacado, a Venezuela possui seu melhor resultado concernente à percepção quanto ao acesso a cuidados de saúde (2,93).

Tabela 8 – Efeito Diferencial por País e Principais Indicadores Positivos

País	Efeito Diferencial		Indicadores
	Total	Por Ind.	
Brasil	15,3	2,38	Vítima de delito
		1,84	Salário mínimo
		1,74	Situação econômica familiar
		1,59	Interesse em política
		1,43	PIB per capita
Equador	13,3	3,22	Situação econômica familiar
		2,14	Pop. vivendo com até USD 2,00/dia
		1,84	Pop. vivendo com até USD 1,25/dia
		1,77	Crianças vacinadas
		1,73	Votos nas eleições parlamentares
Peru	10,8	2,50	Preocupação em perder o emprego
		1,73	Desempregados
		1,72	Falta de dinheiro para comida
		1,58	Acesso à eletricidade
		1,51	Vítima de delito
Argentina	5,59	2,46	Salário mínimo
		1,41	Índice de Felicidade
		1,26	Pegada Ecológica
		1,23	Computadores pessoais per capita
		1,12	Preocupação em perder o emprego
Bolívia	3,53	1,80	Taxa de mortalidade de infantil
		1,71	Taxa de mortalidade materna
		1,14	Falta de dinheiro para comida
		1,09	População com HIV
		0,77	Inflação
Uruguai	2,89	4,05	Vítima de delito
		1,67	Desempregados
		1,49	PIB per capita
		1,48	Concentração de material particulado
		1,39	Salário mínimo
Colômbia	1,25	1,87	Pegada Ecológica
		1,38	Computadores pessoais per capita
		1,29	Percepção qualidade dos hospitais públicos
		1,01	Crianças vacinadas
		0,85	Taxa de homicídios
Venezuela	0,03	2,93	Percepção quanto ao acesso a cuidados de saúde
		2,54	Vítima de delito
		2,41	PIB per capita
		1,30	Preconceito racial
		1,15	Computadores pessoais per capita

4.3 ESTABELECIMENTO DO RANKING DO PROGRESSO A PARTIR DO MODELO DE ANÁLISE PROPOSTO

Por fim, a análise a ser feita é quanto ao ranking dos 12 países selecionados, levando em conta a pontuação total que obtiveram a partir da soma do resultado de cada indicador já normalizado de acordo com as equações contidas em (1). Verificou-se então a pontuação para cada país no período inicial (t_0) e final (t_1), o que é mostrado no gráfico 3, e que também forneceu um Ranking conforme apresentado na Tabela 9, ordenada a partir da pontuação no período final (t_1). Também nesta tabela é mostrada a troca de posição no ranking entre o período inicial e final. Por exemplo, observa-se que o Chile encontrava-se em primeiro lugar, sendo ultrapassado pelo Uruguai, que estava em terceiro e subiu duas posições, obtendo a primeira colocação. O Brasil, por sua vez, encontra-se em quinto lugar, ladeado pela Argentina em Quarto, e o México em Sexto. Em último está a Bolívia, que está a 35 pontos do décimo primeiro colocado, o Equador, sendo que depois da Bolívia, a maior distância entre dois países é em relação ao Brasil e México, que apresentam 15 pontos de diferença.

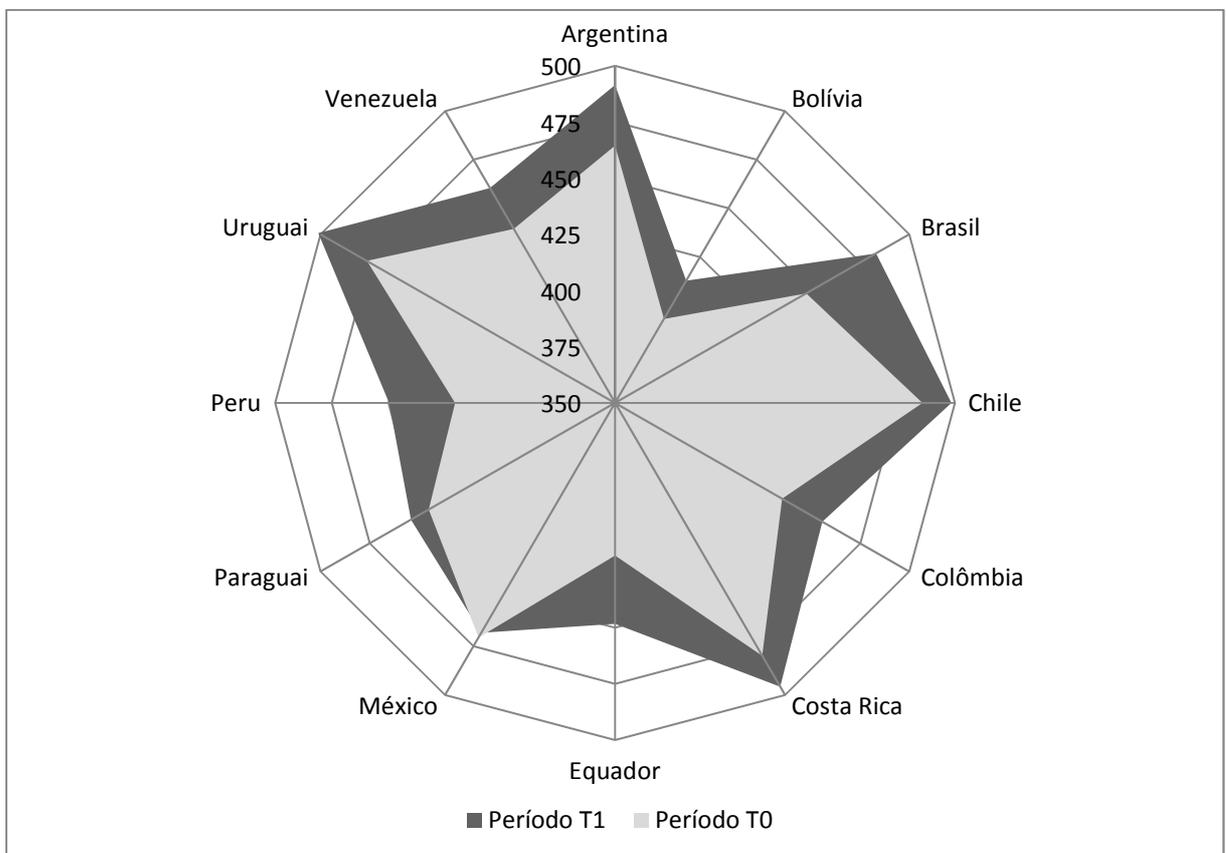


Gráfico 3 – Ranking do Progresso por País

Tabela 9 – Ranking do Progresso por País

Ranking em T₁	Países	Pontuação Período T₀	Pontuação Período T₁	Varição no Ranking
1º	Uruguai	476	501	↑ 2
2º	Chile	486	498	↓ 1
3º	Costa Rica	480	496	↓ 1
4º	Argentina	464	492	↑ 1
5º	Brasil	447	483	↑ 1
6º	México	470	468	↓ 2
7º	Venezuela	439	460	↑ 1
8º	Colômbia	435	456	↑ 1
9º	Paraguai	445	454	↓ 2
10º	Peru	421	450	= 0
11º	Equador	418	448	= 0
12º	Bolívia	393	413	= 0

Além disso, é possível estabelecer um ranking que leve em conta quais foram os países mais dinâmicos no período, quer dizer, quais são aqueles que mais progrediram. Esta reordenação foi feita e é demonstrada na Tabela 10, na qual constam duas informações: primeiro, a diferença de progresso do período inicial para o final. Neste caso, averigua-se que todos os países, com exceção do México, obtiveram progresso no período. Ou seja, a soma entre os indicadores que tiveram melhora no período, e descontados o resultado dos indicadores que regrediram, obteve resultado positivo para quase todos os países, com o Brasil em primeiro lugar somando 36 pontos, e o México em último com -2 pontos. A segunda informação que consta na tabela demonstra o efeito líquido total para cada país, ou seja, através desta informação é possível avaliar o dinamismo de cada país em relação à média geral. Neste caso, verifica-se que quatro países obtiveram um crescimento abaixo da média, são eles Costa Rica, Chile, Paraguai e México, enquanto os demais obtiveram um crescimento acima da média.

Tabela 10 – Diferença de Progresso no Período e Efeito Líquido por País

Ranking Variação	Países	Diferença entre T1 e T0	Efeito Líquido
1º	Brasil	36	15,3
2º	Equador	30	11,6
3º	Peru	29	10,1
4º	Argentina	27	6,1
5º	Uruguai	25	3,2
6º	Venezuela	21	1,1
7º	Bolívia	20	1,8
8º	Colômbia	20	0,7
9º	Costa Rica	16	-5,7
10º	Chile	13	-9,3
11º	Paraguai	9	-11,1
12º	México	-2	-23,7

Por fim, é possível fazer uma análise comparativa da posição relativa de cada país no ranking do progresso apresentado acima em relação a outros dois indicadores, são eles o PIB per capita e o IDH, conforme é apresentado na Tabela 11. Neste sentido, observa-se que os seis primeiros países no ranking desenvolvido também estão nas primeiras posições de PIB e IDH, com duas exceções: o PIB per capita da Venezuela é o primeiro colocado apesar de o país ser o sétimo no ranking do progresso, isto ocorre possivelmente por este país uma dos principais produtores de petróleo do mundo, o que permite possuir uma maior renda. Já em relação ao IDH, observa-se que o Brasil está na oitava posição, apesar de ter obtido a quinta posição no ranking do progresso.

Tabela 11 – Ranking do Progresso, do PIB per capita e do IDH por País

País	Pontuação em t1	P1*	PIB per capita¹	P2*	IDH²	P3*
Uruguai	513	1º	11.699	3º	0,785	3º
Chile	512	2º	12.640	2º	0,813	1º
Costa Rica	507	3º	7.774	7º	0,768	4º
Argentina	503	4º	9.162	5º	0,805	2º
Brasil	495	5º	10.993	4º	0,726	8º
México	480	6º	9.091	6º	0,770	5º
Venezuela	474	7º	13.589	1º	0,744	6º
Colômbia	465	8º	6.186	8º	0,714	10º
Paraguai	462	9º	2.840	11º	0,668	11º
Peru	459	10º	5.411	9º	0,733	7º
Equador	457	11º	4.008	10º	0,719	9º
Bolívia	420	12º	1.979	12º	0,668	12º

Nota: * Se refere a posição relativa de cada país em relação ao indicador apresentado à esquerda do ranking.

Fonte: ¹ World Bank para ano de 2010; ² PNUD para ano de 2010.

Desta forma, foi possível estabelecer um ranking de progresso para os 12 países selecionados, primeiro apresentando o progresso absoluto dos países, segundo demonstrando a dinâmica dos mesmos. Esta segunda informação é importante, pois complementa a primeira, no sentido de demonstrar quais aqueles que estão evoluindo mais rápido, e que estão a caminho de ultrapassar os que permanecem a frente ou se distanciar dos que seguem na retaguarda do ranking.

4.4 SÍNTESE

Nesta seção foi possível avaliar o progresso dos países selecionados a partir dos resultados alcançados com o uso do método estrutural-diferencial. Primeiramente, foram identificados, através da análise de efeito estrutural, quais indicadores e dimensões que possibilitaram aumento mais significativo do progresso, e quais são os que depreciaram o mesmo. Verificou-se, neste caso, que as dimensões Economia e Emprego foram as mais dinâmicas para o progresso, enquanto a dimensão Meio Ambiente obteve, na média, o maior regresso para os países pesquisados. Em seguida, utilizando-se a análise de efeito diferencial, foi avaliada a competitividade relativa entre os países ao observar quais obtiveram maiores e menores vantagens locacionais e quais os principais indicadores que impulsionaram estes resultados. Por fim, com o resultado da pontuação que cada país obteve nos períodos inicial e final, foi estabelecido um ranking do progresso obtido pelos países, sendo que Uruguai alcançou a primeira colocação, Brasil ficou em quinto lugar e Bolívia ficou em último. Além disso, com os valores do efeito líquido obtido por cada país, foram avaliados quais os mais e menos dinâmicos. O Brasil ficou em primeiro, o que quer dizer que foi o que mais cresceu no período, e o México ficou em último.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação de mestrado teve por objetivo central propor uma medida de progresso a ser utilizada nos países da América do Sul, Costa Rica e México. Para isto, primeiramente foi desenvolvido um *framework*, o qual englobava diversos domínios e dimensões necessárias para medir o progresso, e, a partir deste, selecionados os indicadores que seriam utilizados para este fim. Em seguida, foi descrito o modelo estatístico que seria usado para estimar o progresso. Por último, estabeleceu-se um ranking dos países de acordo com os resultados do modelo proposto.

Para propor o *framework* em questão, foram analisados 50 projetos de diferentes instituições e centros de pesquisa, dos quais foram selecionados os 14 considerados mais próximos dos objetivos deste estudo. Nestes 14 projetos, foram elencados todos os indicadores que eram usados para medir e avaliar o progresso, de modo que estas informações serviram de base para montar o quadro referencial, no qual constavam os domínios e dimensões que delinearão o *framework*. Utilizando-se deste, foram então selecionados 50 indicadores, os quais estavam disponíveis para todos os países e em dois períodos diferentes. A partir dos dados fornecidos por estes indicadores, e com o uso do método estrutural-diferencial proposto, os países foram listados num ranking, o qual é encabeçado pelo Uruguai, seguido por Chile, Costa Rica, Argentina, Brasil, México, Venezuela, Colômbia, Paraguai, Peru, Equador e, em último lugar, a Bolívia. Em relação aos países que mais progrediram no período, isto é, os mais dinâmicos, verificou-se o Brasil em primeiro lugar, seguido desta vez por Equador, Peru, Argentina, Uruguai, Venezuela, Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Chile, Paraguai e, na última posição, México. Desta forma, o objetivo proposto pôde ser atingido neste trabalho.

Este estudo também contribuiu no debate econômico ao propor que existe uma necessidade latente de que o progresso dos países seja avaliado através de uma abordagem multidimensional, e não apenas de cunho econômico, e que esta necessidade pode ser suprida através de um entendimento do significado de progresso e de medidas cabíveis para ponderação do mesmo. Foi demonstrado que é possível chegar a um consenso, mesmo que parcial, sobre o que caracteriza, e quais os indicadores e medidas para aferição do progresso e montagem de um ranking dos países. Além disso, o próprio *framework* desenvolvido neste trabalho pode ser usado como referência para futuras pesquisas sobre o assunto.

Entretanto, foram observadas limitações a partir do momento em que se buscou indicadores concernentes a cada uma das dimensões formuladas. Não havia a compreensão das dificuldades enfrentadas neste sentido no início deste trabalho, porém no decorrer notou-se que ainda é insuficiente o número de indicadores para a formulação de uma proposta de análise do progresso consistente o suficiente para que pudesse ser usada como norteadora da sociedade. A razão disso está na complexidade que é avaliar o progresso através de uma abordagem ampla e abrangente como a que foi proposta neste estudo, na qual foram listados 13 diferentes domínios e 52 dimensões relacionadas a estes. Devido a isto, na maioria das vezes torna-se necessário sintetizar, em razão das dificuldades de abranger todas as variáveis concernentes a determinado fenômeno. Para comparação, o próprio IDH foi desenvolvido levando em conta apenas três pilares, apesar de seu idealizador, Amartya Sen, tratar o desenvolvimento humano através de uma perspectiva ampla, e que envolve as liberdades substantivas de as pessoas realizarem uma vida que valorizam, abordagem esta demais complexa para que fosse mensurada e comparada entre países de forma objetiva utilizando-se das ferramentas e indicadores disponíveis na época e para praticamente todas as nações do mundo.

Devido ao exposto, para uma análise mais profícua do progresso, seria necessário o desenvolvimento de novos indicadores e também maior disponibilidade daqueles que abarcavam apenas parte dos países. Assim, seria possível apresentar um estudo em que cada um dos domínios e dimensões estaria melhor estruturado, pois haveria uma maior variedade de indicadores relacionados a estes. Para isto, seria preciso também um aprofundamento teórico maior sobre cada uma das dimensões, buscando identificar com a maior precisão possível que indicadores deveriam ser incluídos nestas, o que poderia ser feito, além do debate teórico, através de ferramentas como pesquisa qualitativa, teste de multicolinearidade para evitar colinearidade entre variáveis, análise fatorial para identificação de variáveis que poderiam ser compostas em um único fator, entre outras. Estas considerações são apresentadas como sugestões para pesquisas futuras, pois um estudo tão amplo está além dos objetivos delineados neste trabalho.

Deste modo, sugere-se que trabalhos futuros possam complementar este ao fornecer novas ferramentas para análise do progresso. Tal tema é de suma importância para fornecer às populações, governos, empresas informações sobre o estado da sociedade, de modo que sejam concentrados recursos para solver os problemas que perseveram. Verifica-se atualmente que apesar do crescimento do número de indicadores e pesquisas sobre as mais diversas áreas,

como governança, meio ambiente, felicidade, tais informações ainda são esparças e difíceis de serem utilizadas para comparação de vários países. Em razão disso, as pesquisas tendem a se concentrar em determinadas áreas, sem que sejam relacionadas umas às outras, além de ainda serem valorados os objetivos econômicos como primordiais para norteamento da sociedade. Não se infere aí o que seja mais importante, mas que é imprescindível que seja desenvolvido um entendimento mais amplo do progresso econômico e social para que as problemáticas que persistem na sociedade sejam resolvidas em vistas de um futuro melhor. As ameaças ambientais, os problemas de saúde, a falta de confiança interpessoal, o desinteresse quanto às questões políticas, a marginalização de parte da população que sobrevive com poucos recursos, os problemas de saúde, o estresse, o trânsito caótico, a poluição das grandes cidades, são estes problemas, entre tantos outros, que devem ser enfrentados tanto por políticos e cidadãos, quanto pelos economistas. Sendo assim, faz-se necessário a busca por novos modelos de progresso, que encaminhem a sociedade a níveis mais elevados de bem-estar, em que as pessoas portem não apenas os recursos necessários para a sobrevivência, mas também para uma existência saudável, feliz e com a liberdade de realizarem a vida que almejam.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

AGNU (Assembléia Geral das Nações Unidas). **Implementation of the United Nations Millennium Declaration**. Resolition number A/57/270. New York: 2002.

AGNU (Assembléia Geral das Nações Unidas). **United Nations Millennium Declaration**. Resolition number A/RES/55/2. New York: 2000.

ALKIRE, Sabina. Dimensions of Human Development. **World Development**, Washington, DC, v. 30, n. 2, p. 181–205, 2002.

ALVES, Tiago Wickstrom. Análise da Versão Clássica do Método Estrutural-Diferencial. **Perspectiva Econômica**, São Leopoldo, v.33, p.5-22, 1998.

ARIELY, Dan. **Positivamente Irracional**: os benefícios inesperados de desafiar a lógica em todos os aspectos de nossas vidas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

ARIELY, Dan. **Previsivelmente Irracional**: as forças ocultas que formam as nossas decisões. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

ARNDT, Christiane; OMAN, Charles. **Uses and Abuses of Governance Indicators**. Pars: OCDE Development Centre Studies, 2006.

BEAUMONT, Jen. **Measuring National Well-being**: A discussion paper on domains and measures. Londres: Office for National Statistics, 2011.

BEAUMONT, Jen. **Measuring National Well-being**: Report on consultation responses on proposed domains and measures. Londres: Office for National Statistics, 2012.

BENTHAM, Jeremy. **Uma introdução aos princípios da moral e da legislação**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

BLANCHARD, Olivier Jean. Neoclassical Synthesis. In: DURLAUF, Steven N.; BLUME, Lawrence E. (Eds.). **The New Palgrave Dictionary of Economics**. Palgrave Macmillan, 2008.

BRICKMAN, Philip; CAMPBELL, Donald T. Hedonic relativism and planning the good society. In: APPELEY, Mortimer H. (Ed.). **Adaptation-Level Theory: A Symposium**. New York: Academic Press, 1971.

BRUNI, Luigino. **Civil Happiness**: Economics and human flourishing in historical perspective. New York: Routledge, 2006.

BRUNI, Luigino. The ‘technology of happiness’ and the tradition of economic science. In: BRUNI, Luigino; PORTA, Pier Luigi (Eds.). **Handbook on the Economics of Happiness**. Cheltenham: Edward Elgar, 2007.

BRUNI, Luigino. **Vilfredo Pareto and the birth of modern microeconomics**. Cheltenham, UK: Edward Elgar, 2002.

BRUNI, Luigino; PORTA, Pier Luigi (Eds.). **Economics & Happiness: framing the analysis**. New York: Oxford University Press, 2005.

BRUNI, Luigino; PORTA, Pier Luigi (Eds.). **Handbook on the Economics of Happiness**. Cheltenham: Edward Elgar, 2007a.

BRUNI, Luigino; PORTA, Pier Luigi. Introduction. In: BRUNI, Luigino; PORTA, Pier Luigi (Eds.). **Handbook on the Economics of Happiness**. Cheltenham: Edward Elgar, 2007b.

BRUNI, Luigino; STANCA, Luca. Watching Alone: Relational Goods, Television and Happiness. **Journal of Economic Behavior & Organization**, Elsevier, v. 65, n. 3-4, p. 506-528, mar. 2008.

BRUNI, Luigino; ZAMAGNI, Luigino. **Economia Civil: eficiência, equidade, felicidade pública**. Vargem Grande Paulista, SP: Editora Cidade Nova, 2010.

CANADIAN Index of Wellbeing. **How are Canadians Really Doing? The 2012 CIW Report**. Waterloo, Ontario: Canadian Index of Wellbeing and University of Waterloo, 2012.

CASSIERS, Isabelle; DELAIN, Catherine. La croissance ne fait pas le bonheur : les économistes le savent-ils ? **Regards Économiques**, n. 38, p 1-14, mar. 2006.

CCE (Comissão das Comunidades Europeias). O PIB e mais além: Medir o progresso num mundo em mudança. **Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu**, COM(2009) 433 final, Bruxelas, ago. 2009.

CE (Comissão Europeia). EUROPA 2020 Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. **Comunicação da Comissão**, COM(2010) 2020 final, Bruxelas, mar. 2010.

CE (Comissão Europeia). **Measuring progress towards a more sustainable Europe: Sustainable development indicators for the European Union - Data 1990-2005**. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities, 2005.

CHINESE University of Hong Kong, **The Hong Kong Quality of Life Index**. Hong Kong: The Centre for Quality of Life, Hong Kong Institute of Asia-Pacific Studies, 2012.

COBB, Clifford W.; RIXFORD, Craig. **Lessons Learned from the History of Social Indicators**. San Francisco, CA: Redefining Progress, 1998.

COLANDER, David. **Complexity and the History of Economic Thought: Perspectives on the History of Economic Thought**. London: Routledge, 2000.

COMMONWEALTH of Australia. **1370-0 – Measures of Australia's Progress**. Austrália: Australian Bureau of Statistics, 2010.

COMMONWEALTH of Australia. **Measures of Australia's Progress: aspirations for our nation: a conversation with australians about Progress**. Austrália: Australian Bureau of Statistics, 2012.

COMTE-SPONVILLE, André. **Pequeno Tratado das Grandes Virtudes**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1999

- CONCEIÇÃO, Pedro; BANDURA, Romina. Measuring Subjective Wellbeing: A Summary Review of the Literature. **Working Papers/ Discussion Papers**, Office of Development Studies, United Nations Development Programme (UNDP), Nova York, mai. 2008.
- COOTER, Robert; RAPPOPORT, Peter. Were the Ordinalists Wrong About Welfare Economics?. **Journal of Economic Literature**, v. 22, n. 2, p. 507-530, jun. 1984.
- DI TELLA, R.; MACCULLOCH, R. J.; OSWALD, A. J. The Macroeconomics of Happiness. **Review of Economics and Statistics**, v. 85, p. 809-827, 2003.
- DI TELLA, R.; MACCULLOCH, R. J.; OSWALD, A.J. Preferences over Inflation and Unemployment: Evidence from Surveys of Happiness. **The American Economic Review**, v. 91, n. 1, p. 335-341, mar. 2001.
- DIENER, Ed; OISHI, Shigehiro. Money and Happiness: Income and Subjective Well-Being Across Nations. In: DIENER, Ed; SUH, Eunkook M. (Eds.). **Culture and Subjective Well-Being**. Cambridge, MA: MIT Press, 2000.
- DIENER, Ed; SELIGMAN, Martin E.P. Beyond Money: Toward an Economy of Well-Being. **Psychological Science in the Public Interest**, v. 5, n. 1, p. 1-31, 2004.
- DIXON, Huw D. Controversy: Economics and Happiness. **The Economic Journal**, v. 107, n. 445, p. 1812-1814, nov. 1997.
- DOLAN, Paul; PEASGOOD, Tessa; WHITE, Mathew. Do we really know what makes us happy? A review of the economic literature on the factors associated with subjective well-being. **Journal of Economic Psychology**, v. 29, n. 1, p. 94-122, 2008.
- DUNLAPA, Riley E. **Trends in public opinion toward environmental issues: 1965–1990**. Society & Natural Resources: An International Journal, v. 4, n 3, p. 285-312, 1991.
- DUPAS, Gilberto. **O mito do progresso; ou o progresso como mito**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- DUPAS, Gilberto. Progresso: como mito ou ideologia. **Caderno IHU Idéias**, São Leopoldo, n. 77, p. 1-35, 2007.
- EASTERLIN, Richard Ainley. Building a Better Theory of Well-Being. In: BRUNI, Luigino; PORTA, Pier Luigi (Eds.). **Economics & Happiness: framing the analysis**. New York: Oxford University Press, 2005.
- EASTERLIN, Richard Ainley. Does Economic Growth Improve the Human Lot? In: DAVID, Paul; REDER, Melvin (Eds.). **Nations and Households in Economic Growth: Essays in Honor of Moses Abramovitz**. New York: Academic Press, 1974.
- EASTERLIN, Richard Ainley. Explaining happiness. **PNAS 2003**. National Academy of Sciences, v. 100, n. 19, p. 11176-11183, set. 2003.
- EASTERLIN, Richard Ainley. The Worldwide Standard of Living Since 1800. **Journal of Economic Perspectives**, v. 14, n. 1, p. 7-26, 2000.

EASTERLIN, Richard Ainley. Will raising the income of all increase the happiness of all? **Journal of Economic Behaviour and Organization**, v. 27, p. 35-47, 1995.

ECONOMIST, The. **The Economist Intelligence Unit's quality-of-life index: The world in 2005**. Disponível em: <http://www.economist.com/media/pdf/QUALITY_OF_LIFE.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2013.

FEIJÓ, Ricardo. **História do pensamento econômico: de Lao Tse a Robert Lucas**. São Paulo: Atlas, 2001.

FEM (Fórum Econômico Mundial). **Well-being and Global Success**. World Economic Forum Global Agenda Council on Health & Well-being, 2012.

FRANK, Robert H. **Choosing the Right Pond: Human Behavior and the Quest for Status**. New York: Oxford University Press, 1985.

FRANK, Robert H. The Frame of Reference as a Public Good. **The Economic Journal**, v. 107, n. 445, p. 1832-1847, nov. 1997.

FREY, Bruno S. **Happiness: A Revolution in Economics**. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 2008.

FREY, Bruno S.; STUTZER, Alois (Eds.). **Economics and Psychology: A Promising New Cross-disciplinary Field**. Cambridge, Massachusetts; London, England: The MIT Press, 2007.

FREY, Bruno S.; STUTZER, Alois. **Happiness & Economics: How the economy and institutions affect human well-being**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 2002a.

FREY, Bruno S.; STUTZER, Alois. Maximizing Happiness? **German Economic Review**, v. 1, n. 2, p. 145-167, mai. 2000.

FREY, Bruno S.; STUTZER, Alois. What Can Economists Learn from Happiness Research? **Journal of Economic Literature**, v. 40, n. 2, p. 402-435, jun. 2002b.

GALLUP; HEALTHWAYS. **Gallup-Healthways Well-Being™ Index: Methodology Report for Indexes**. Disponível em: <<http://www.well-beingindex.com/methodology.asp>>. Acesso em: 31 mai. 2013.

GIANNETTI, Eduardo. **Felicidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GIANNETTI, Eduardo. **Vícios privados, benefícios públicos?: a ética na riqueza das nações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOOSSENS, Yanne; MÄKIPÄÄ, Arttu; SCHEPELMANN, Philipp; SAND, Isabel van de. Alternative Progress Indicators to Gross Domestic Product (GDP) as a means towards Sustainable Development, Estudo n. IP/A/ENVI/ST/2007-10, doc. n. PE 385.672. **Policy Department Economic and Scientific Policy**, European Parliament, Bruxelas, 2007.

GRAHAM, Carol. Economics of happiness. In: DURLAUF, Steven N.; BLUME, Lawrence E. (Eds.). **The New Palgrave Dictionary of Economics**. 2. ed. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2008.

- HALL, Jon; GIOVANNI, Enrico; MORRONE, Adolfo; RANUZZI, Giulia. A Framework to Measure the Progress of Societies, **OECD Publishing**, OECD Statistics Working Paper Series, n. 34, jul. 2010.
- HAMMOND, Allen et al. **Environmental Indicators: A Systematic Approach to Measuring and Reporting on Environmental Policy Performance in the Context of Sustainable Development**. Washington, DC: World Resources Institute, mai. 1995.
- HELLIWELL, John F.; PUTNAM, Robert D. The social context of well-being. *Phil Philos Trans R Soc Lond B Biol Sci*, v. 359, n. 1449, p. 1435–1446, set. 2004.
- HIRSCH, Fred. **Social Limits to Growth**. London: Routledge, 1977.
- HUNT, E. K. **História do Pensamento Econômico: Uma perspectiva crítica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- IRELAND, Government of. **Measuring Ireland's Progress**. Dublin: Central Statistics Office, 2012.
- KAHNEMAN, Daniel; DIENER, Ed; SCHWARZ, Norbert (Eds.). **Well-Being: The Foundations of Hedonic Psychology**. New York: Russell Sage Foundation, 1999.
- KAHNEMAN, Daniel; KRUEGER, Alan B. Developments in the Measurement of Subjective Well-Being. **Journal of Economic Perspectives**, v. 20, n. 1, p. 3-24, 2006.
- KAUFMANN, Daniel; KRAAY, Aart; MASTRUZZI, Massimo. The Worldwide Governance Indicators: Methodology and Analytical Issues. **The World Bank, Policy Research Working Paper**, n. 5430, set. 2010.
- KLOSTERMAN, Richard E. **Community analysis and planning techniques**. Maryland: Rowman & Littlefield, 1990.
- LAYARD, Richard. **Felicidade: Lições de uma nova ciência**. Rio de Janeiro: Best Seller, 2008.
- LAYARD, Richard. Human satisfactions and public policy. **The Economic Journal**, v. 90, n. 360, p. 737-750, dez. 1980.
- LODDER, Celsius Antônio. Crescimento da ocupação regional e seus componentes. In HADDAD, Paulo (Org.). **Planejamento Regional: métodos e aplicações ao caso brasileiro**. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1972.
- LUTTMER, Erzo F. P. Neighbors as Negatives: Relative Earnings and Well-Being. **The Quarterly Journal of Economics**, MIT Press, v. 120, n. 3, p. 963-1002, ago. 2005.
- MCGILLIVRAY, Mark. Human Well-being: Issues, Concepts and Measures. In: MCGILLIVRAY, Mark (ed.). **Human Well-Being: Concept and Measurement**. New York: Palgrave Macmillan, 2007.
- MCMAHON, Darrin. **The Pursuit of Happiness: A History from the Greeks to the present**. London: Allen Lane/Penguin, 2006.

MINOIS, Georges. **A Idade do Ouro**: história da busca da felicidade. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

NG, Yew-Kwang. A Case for Happiness, Cardinalism, and Interpersonal Comparability. **The Economic Journal**, v. 107, n. 445, p. 1848-1858, nov. 1997.

NG, Yew-Kwang. Economic Growth and Social Welfare: The Need for a Complete Study of Happiness. **Kyklos**, v. 31, n. 4, p. 575-587, nov. 1978.

NISBET, Robert A. **História da idéia de progresso**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980.

NUSSBAUM, Martha Craven. Human Functioning and Social Justice in Defense of Aristotelian Essentialism. **Political Theory**, v. 20, n. 2, p. 202-246, mai. 1992.

OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico). **Handbook on Constructing Composite Indicators: Methodology and User Guide**. Paris: OECD Publishing, 2008.

OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico). **How's Life?: Measuring Well-being**. Paris: OECD Publishing, 2011b.

OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico). **Compendium of OECD well-being indicators**. Paris: OECD Publishing, 2011a.

OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico). **OECD List of Social Indicators**. Paris: OECD Publications, 1982.

OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico). **Environmental Indicators: A preliminary set**. Paris: OECD Publications and Information Centre, 1991.

ONU (Organização das Nações Unidas). **Framework for the Development of Environment Statistics**. Nova York: Department of Economic and Social Affairs, Statistical Office, Series M, No. 78, 1984.

ONU (Organização das Nações Unidas). **Human Development Report 1990: Concept and Measurement of Human Development**. Nova York: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 1990.

ONU (Organização das Nações Unidas). **The Millennium Development Goals Report 2005**. Nova York: 2005.

ONU (Organização das Nações Unidas). **Toward a System of Social and Demographic Statistics**. Nova York: Department of Economic and Social Affairs, Statistical Office, Series F, No. 18, 1975.

OSWALD, Andrew J. Happiness and Economic Performance. **The Economic Journal**, v. 107, n. 445, p. 1815-1831, nov. 1997.

OUTHWAITE, William, BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento social do Século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

PERLMAN, Mark; MCCANN JR, Charles R. **The Pillars of Economic Understanding: Ideas and Traditions**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1998.

PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L. **Microeconomia**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

PINTÉR, László; HARDI, Peter; BARTELMUS, Peter. **Sustainable Development Indicators: Proposals for a Way Forward**. Prepared for the United Nations Division for Sustainable Development (UN-DSD). Nova York: International Institute for Sustainable Development, 2005.

PORTER, Michael E.; STERN, Scott; LORÍA, Roberto Artavia. **Social Progress Index 2013**. Washington, DC: Social Progress Imperative, 2013.

POWDTHAVEE, Nattavudh. Economics of Happiness: A Review of Literature and Applications. **Chulalongkorn Journal of Economics**, Thailand, v. 1, n. 19, p. 51-73, 2007.

ROBEYNS, Ingrid. The Capability Approach. In: ZALTA, Edward N.; NODELMAN, Uri; ALLEN, Colin (Eds.). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Summer 2011 ed. Stanford, CA: The Metaphysics Research Lab at Stanford University, 2011.

ROBEYNS, Ingrid. The Capability Approach: a theoretical survey. **Journal of Human Development**, v. 6, n. 1, p. 93–114, mar. 2005.

RYAN, Richard M.; DECI, Edward L. On Happiness and Human Potentials: A Review of Research on Hedonic and Eudaimonic Well-Being. **Annual Review of Psychology**, Chicago, v. 52, p. 141-166, 2001.

SACHES, Jeffrey. Introduction. In: HELLIWELL, John; LAYARD, Richard; SACHS, Jeffrey (Eds.). **World Happiness Report**. New York: Earth Institute, Columbia University, 2012

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia: A mais completa obra sobre o assunto já publicada no Brasil**. 13. ed. São Paulo: Editora Best Seller, 2004.

SCITOVSKY, Tibor. **The Joyless Economy: An inquiry into human satisfaction and consumer dissatisfaction**. Oxford, England: Oxford University Press, 1976.

SCRIVENS, Katherine; IASIELLO, Barbara. Indicators of “Societal Progress”: lessons from international experiences, **OECD Publishing**, OECD Statistics Working Paper Series, n. 33, mai. 2010.

SEN, Amartya. **A ideia de justiça**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEN, Amartya. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SEN, Amartya. **Equality of What?** The Tanner Lecture on Human Values. Ocorrida na Universidade na Stanford University, mai. 1979.

SEN, Amartya. **Sobre ética e economia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SOUTH African Institute of Race Relations. **South African Development Index (SADI):** Fourth update for 2011. Disponível em <<http://www.sairr.org.za/services/development-projects/SADI>>. Acesso em 31 mai. 2013.

STIGLITZ, Joseph E.; SEN, Amartya; FITOUSSI, Jean-Paul. **Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress**. The Commission, Paris: 2009.

TRANSPARENCY **International Corruption Perceptions Index 2012**. Berlin: 2012.

TREWIN, Dennis; HALL, Jon. Developing Societal Progress Indicators: a practical guide, **OECD Publishing**, OECD Statistics Working Paper Series, n. 35, nov. 2010.

URA, Karma et al. **A Short Guide to Gross National Happiness Index**. Thimphu, Bhutan: The Centre for Bhutan Studies, 2012.

VAN DEN BERGHE, Wouter; CONSULTANCY, Tilkon. **Indicators in Perspective: The use of quality indicators in vocational education and training**. Thessaloniki: European Centre for the Development of Vocational Training, nov. 1997.

VEENHOVEN, Ruut. Happiness in Hardship. In: BRUNI, Luigino; PORTA, Pier Luigi (Eds.). **Economics & Happiness: framing the analysis**. New York: Oxford University Press, 2005.

WALSH, Vivian. Smith After Sen. **Review of Political Economy**, v. 12, n. 1, p. 5-25, 2000.

WIKIPROGRESS. **Wikiprogress Annual Report 2012: Increasing Participation in Well-Being and Progress**. Disponível em: <http://www.wikiprogress.org/images//Wikiprogress_AnnualReport2012_final.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2013.

WILLI, Vincent et al. **Sustainable Development Report 2012**. Neuchâtel: Federal Statistical Office FSO, 2012

WWF (World Wide Fund for Nature). **Global Footprint Network 2006**. Switzerland: 2006.

ZEALAND, Government New. **The Social Report: te purongo oranga tangata 2010**. New Zealand: Ministry of Social Development, 2010.

ZEALAND, Statistics New. **Measuring New Zealand's Progress Using a Sustainable Development Approach**: 2008. Wellington: 2009.

APÊNDICE A – RELAÇÃO DE PROJETOS PESQUISADOS

Tabela 12 – Relação de 50 projetos que visam avaliar o progresso e/ou o bem-estar

País ou Região	Nome	Website	Descrição Resumida dos Objetivos
África	Africa Progress Panel	www.africaprogresspanel.org/	Estabelece uma agenda para maximizar a riqueza dos recursos naturais da África e usá-lo para melhorar o bem-estar.
África do Sul*	South African Development Index	www.sairr.org.za/	Acompanhar as tendências de desenvolvimento no país em seis áreas: economia, educação, saúde, condições de vida, sexo e crime, as quais representam uma ampla seção transversal dos fatores que contribuem para o desenvolvimento na África do Sul.
Austrália*	Measures of Australia's Progress	www.abs.gov.au/	Visa ajudar os australianos abordar a questão, "a vida na Austrália está ficando cada vez melhor?" ao fornecer uma seleção de medidas em resposta a esta pergunta.
Austrália, Victoria	Community Indicators Victoria	www.communityindicators.net.au/	Apoiar o desenvolvimento e a utilização de indicadores de bem-estar da comunidade local de Victoria, na Austrália, com o objetivo de melhorar o envolvimento dos cidadãos, planejamento comunitário e a formulação de políticas. Apresenta dados e relatórios sobre o bem-estar dos vitorianos, utilizando um conjunto integrado de indicadores de bem-estar da comunidade.
Brasil	Portal ODM	www.portalodm.com.br/	Medir a situação dos Objetivos do Milênio nas cidades do país.
Butão*	Gross National Happiness	www.grossnationalhappiness.com/	Medir a Felicidade Interna Bruta do país, levando em conta uma série de indicadores objetivos e subjetivos.
Canadá*	Canadian Index of Wellbeing	https://uwaterloo.ca/canadian-index-wellbeing/	Identificar, desenvolver e divulgar estatísticas que oferecem relatórios claros, válidos e regulares sobre o progressos em direção às metas de bem-estar que os canadenses visam como uma nação.
Canadá, Atlantic	Community Accounts	nl.communityaccounts.ca/	Fornecer um sistema que permite que os usuários gerarem tabelas e gráficos ilustrativos sobre indicadores sociais e econômicos, organizados por área geográfica, permitindo desenvolver uma melhor compreensão dos fatores que determinam o status e o progresso de suas comunidades e regiões.
Canadá, British Columbia	British Columbia Atlas of Wellness	www.geog.uvic.ca/wellness/	Incentivar os cidadãos locais a fazer escolhas de estilos de vida saudáveis para melhorar sua qualidade de vida, reduzir a incidência de doenças crônicas evitáveis, e reduzir gastos do sistema de saúde.
Canadá, Nova Scotia,	Genuine Progress Index Atlantic	www.gpiatlantic.org/	Criar um "Índice de Progresso Genuíno" para a pequena província canadense de Nova Scotia, o qual consiste em seis categorias principais: padrões de vida, saúde da população, uso do tempo, vitalidade comunitária, educação e qualidade ambiental.
Coreia do Sul	Statistic Korea	kostat.go.kr/portal/english/surveyOutlines/3/1/index.static	Entender aspectos concernentes à qualidade de vida e às mudanças sociais, bem como fornecer dados básicos necessários para o estabelecimento de políticas de desenvolvimento social.
Dinamarca	Sustainable Development Indicators Based on National Accounts	www.stat.fi/abo2004/foredrag/mulalic.pdf	Defender a necessidade de estabelecer sistemas estatísticos, onde todos os dados são baseados nas mesmas classificações e do qual os indicadores de desenvolvimento sustentável podem ser obtidos por agregação.
Escócia	Oxfam Humankind Index	policy-practice.oxfam.org.uk/our-work/poverty-in-the-uk/humankind-index	Criar uma novas maneiras de medir o que faz uma boa vida: considera o dinheiro é importante, e, ao mesmo tempo, reconhece que é preciso mais do que apenas o crescimento econômico para fazer uma nação próspera.
Escócia	Scotland Performs	www.scotland.gov.uk/About/Performance/scotPerforms/	Medir o progresso do governo na Escócia, em vistas de um país mais próspero, com oportunidades para todos através do crescimento econômico sustentável.

Continua

Continuação

Espanha	Barómetro Social de España	barometrosocial.es/	Oferecer ferramentas de trabalho para a reflexão e debate sobre a questão social do país.
EUA*	Gallup-Healthways Well-Being Index	www.well-beingindex.com/	Proporcionar avaliação diária da saúde e bem-estar dos americanos.
EUA	Glaser Progress Foundation	www.glaserfoundation.org/	Construir um futuro melhor, através de uma maior compreensão e mensuração do progresso humano.
EUA	Indicators Idaho	www.indicatorsnorthwest.org/	Fornecer uma série de indicadores que possam ser comparados entre diversos estados dos EUA.
EUA	Measure of America	www.measureofamerica.org/	Fornecer ferramentas fáceis de usar e metodologicamente consistentes para a compreensão do bem-estar e das oportunidades na América, bem como estimular o diálogo baseado em fatos sobre questões sobre saúde, educação e renda.
EUA	The State of the USA	www.stateoftheusa.org/	Ajudar todos os americanos avaliar o progresso da nação através de informações sobre as questões mais importantes que o país enfrenta.
EUA, Arizona	Arizona Indicators	arizonaindicators.org/	Fornecer ferramentas de mapeamento e visualizações interativas de dados, reunidos em 11 áreas.
EUA, Baltimore	Baltimore Neighborhood Indicators Alliance	www.bnaijfi.org/index	Promover, apoiar e ajudar as pessoas a tomar melhores decisões, utilizando dados e indicadores precisos, confiáveis e acessíveis para melhorar a qualidade de vida nos bairros da cidade de Baltimore.
EUA, Boston	Boston Indicators Project	www.bostonindicators.org/	Oferecer novas maneiras de entender Boston (e seus bairros) no contexto regional, nacional e mundial. Para isto, o objetivo é democratizar o acesso à informação, promover discurso público informado, acompanhar o progresso através de metas civis comuns e relatórios sobre as mudanças em 10 setores.
EUA, Florida	Community Indicators	www.jcci.org/indicators	Fornecer indicadores comunitários, os quais contam a história da comunidade e a direção em que está se dirigindo.
EUA, Long Island	Long Island Index	www.longislandindex.org/	Reunir e publicar dados sobre a região de Long Island, de modo a ser um catalisador para a ação, por envolver a comunidade na reflexão sobre a região e o futuro dela.
EUA, Santa Cruz	Community Assessment Project	www.santacruzcountycap.org/	Medir e melhorar a qualidade de vida em Santa Cruz County, através de indicadores sobre qualidade de vida.
EUA, Silicon Valley	Silicon Valley Index	www.jointventure.org/	Apresenta os dados e tendências sobre desenvolvimento econômico, emprego, habitação, educação, saúde pública, uso da terra, meio ambiente, governança, artes e cultura e outros setores.
EUA, Texas	Central Texas Sustainability Indicators Project	www.centex-indicators.org/	Promover a sustentabilidade na região, fornecendo dados sobre equidade social, economia, meio ambiente e engajamento.
EUA, Virginia	Virginia Performs	vaperforms.virginia.gov/	Mostra o que o Estado está fazendo em áreas que afetam a qualidade de vida de indivíduos e famílias.
Europa	Beyond GDP	ec.europa.eu/environment/beyond_gdp/index_en.html	Desenvolver indicadores que sejam tão claros e atraentes quanto o PIB, mas mais abrangentes, levando em conta os aspectos ambientais e sociais do progresso.
Europa	Europe 2020	ec.europa.eu/europe2020/index_en.htm	Propor uma estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, é baseado em cinco grandes objetivos da UE medidos por oito indicadores-chave.
Europa	National Accounts of Well-being	www.nationalaccountssofwellbeing.org/	Melhorar a qualidade de vida através da promoção de soluções inovadoras e que desafiam o pensamento dominante em questões econômicas, ambientais e sociais.
Filipinas	Social Weather Stations	www.sws.org.ph/	Fornecer uma fonte independente de dados pertinentes, precisos e confiáveis sobre as condições econômicas e sociais das Filipinas.
França	Forum pour d'autres indicateurs de richesse	www.idies.org/index.php?category/FAIR	Fornecer uma visão renovada da riqueza ou desenvolvimento humano sustentável, através do uso de outros indicadores de riqueza.

Continua

Continuação

Hong Kong*	The Centre for Quality of Life	www.cuhk.edu.hk/sc/qol/eng/	Monitorar a qualidade de vida em Hong Kong e incentivar a comparação entre países e a colaboração internacional nesta área.
Irlanda*	Measuring Ireland's Progress	www.cso.ie/en/releasesandpublications/measuringirelandsprogress/	Fornecer uma visão global da situação econômica, social e ambiental na Irlanda. Os indicadores são geralmente apresentados em séries de tempo nacional e também num contexto internacional, para permitir a análise comparativa entre países.
Israel	Israel's Progress Index	www.ecoeco.org.il/sitis.istat.it/sitis/html/index.htm	Promover a realização dos princípios da economia sustentável em Israel e divulgar o assunto aos interessados e ao público em geral.
Itália	Territorial Indicators	sitis.istat.it/sitis/html/index.htm	Fornecer um sistema de indicadores demográfico, social, ambiental e econômico para o país.
México	Midiendo el Progreso de la Sociedades	www.midiendoelprogreso.org/	Coletar dados qualitativos a partir de entrevistas com formadores de opinião do México em relação à sua opiniões sobre o que é o progresso, bem como discutir questões metodológicas sobre a construção de indicadores de progresso.
Mundo*	Social Progress Imperative	www.socialprogressimperative.org/	Promover o bem-estar humano global, para isto fornece indicadores para as múltiplas dimensões relativas ao progresso social.
Mundo*	The Economist	www.economist.com/media/pdf/quality_of_life.pdf	Desenvolver um índice de qualidade de vida através de um link entre os resultados de subjetivos da satisfação de vida dos indivíduos em diversos países com os determinantes objetivos da qualidade de vida.
Nova Zelândia*	Measuring New Zealand's Progress Using a Sustainable Development Approach	www.stats.govt.nz/browse_for_stats/environment/sustainable-development.aspx	Apresentar uma visão abrangente do progresso ambiental, econômico e social da Nova Zelândia e se esse progresso foi consistente com o desenvolvimento sustentável.
Nova Zelândia	Quality of Life in New Zealand's Cities	www.qualityoflifeproject.govt.nz/index.htm	Fornecer indicadores sociais, econômicos e ambientais relativos à qualidade de vida em seis das maiores cidades da Nova Zelândia.
Nova Zelândia*	Social Report	socialreport.msd.govt.nz/	Fornece indicadores sociais para a sociedade da Nova Zelândia. Os indicadores são utilizados para medir os resultados sociais e monitorizar as tendências ao longo do tempo, além de serem usados para comparações com outros países.
OCDE*	Better Life Index	www.oecdbetterlifeindex.org/	Reunir várias vertentes de trabalho da OCDE sobre a medição do bem-estar e do progresso. A iniciativa visa promover "políticas melhores para viver melhor".
Reino Unido*	Measuring National Wellbeing	www.ons.gov.uk/ons/	Entender e monitorar o bem-estar em diferentes níveis de detalhe.
Reino Unido	Progress on sustainable development	sd.defra.gov.uk/progress/national/annual-review/	Compilar uma extensa gama de indicadores econômicos, sociais e ambientais para proporcionar uma visão estatística do progresso do país.
Suíça*	Monitoring Sustainable Development	www.bfs.admin.ch/bfs/portal/en/index/themen/21.html	É um sistema de indicadores destinados a medir o progresso através da ótica do desenvolvimento sustentável. O sistema é baseado em uma série de princípios que definem os objetivos qualitativos do desenvolvimento sustentável, na forma de exigências concretas.
Tailândia	International Research Associates for Happy Societies	www.happysociety.org/	Realizar pesquisas, conferências, seminários e atividades que contribuem para a melhoria da qualidade de vida, felicidade e bem-estar das pessoas.
Vietnã	Vietnam Development Goals	vdg.gso.gov.vn/	Proporcionar uma base de dados para acompanhar os compromissos em prol do desenvolvimento humano. Visa informar sobre o progresso em direção aos Objetivos do Milênio.

Nota: * Refere-se aos projetos selecionados neste estudo.